



PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Of. nº 920 / GABI / 2022

Ponte Nova, 07 de dezembro de 2022.

À Sua Excelência o Senhor
Antônio Carlos Pracatá de Sousa
Presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova
Ponte Nova – MG

Assunto: Resposta referente ao ofício nº 855/2022/SAPL/DGRI.

Senhor Presidente:

Respondendo ao **Of. 855/2022/SAPL/DGRI - Requerimento nº 269/2022, protocolado sob o nº 1435/2022**, do Vereador Wellerson Mayrink de Paula, solicitando a relação de todos os contratos de rateio ou similiar, firmado com o CIMVALPI nos exercícios de 2021 e 2022, inclusive os que tenham rescindidos, que envolva a execução de obras de asfaltamento ou tapa buracos, segue anexo os documentos solicitados

Atenciosamente,


Wagner Mol Guimarães
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Ponte Nova (MG)



PROTOCOLO GERAL 1612/2022
Data: 07/12/2022 - Horário: 17:28
Administrativo

INDICE - DOCUMENTOS CONTRATO 72/2022

TERMOS

NE GLOBAL 2039	1
TERMO CONTRATO RATEIO 72/2022	2

REPASSE

OP 1397 E ANEXOS/RECIBO	12
-------------------------------	----

TERMO DE RESCISÃO CT 72/2022	24
------------------------------------	----

COMPROVANTE DE DEVOLUÇÃO RECURSO	26
--	----

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG
NOTA DE EMPENHO Nº= 2039/2022 0

O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada.

Orçamento de: 2022 Tipo: Global Data: 16/03/2022 Ficha: 000089

Órgão.....	02	-	EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade.....	02.02	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SubUnidade.....	02.02.02	-	CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG
Classif. Orçamentária:	04.122.0070.2445	-	GESTAO DO CIMVALPI
Elemento da Despesa...	4.4.71.70.00	-	Rateio pela Particip. Consórcio Público
Ponte de Recurso.....	2.00.00	-	Recursos Não Vinculados de Impostos

Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO P Número: 79609
Endereço...: RUA Jaime Pereira Nº: 127 Bairro: Progresso CEP: 35.430-186
Cidade...: Ponte Nova - MG CNPJ...: 19.738.706/0001.83
Banco ...: 104 Agência ...: 146-5 Conta ...: 628-2

Pela presente fica empenhada a importância de R\$813.699,41
Oitocentos e treze mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos.....

Hist.: REPASSE AO CIMVALPI ATRAVES DE CONTRATO DE RATEIO 72/2022 PARA EXECUCAO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, TAPA BURACO, DRENAGENS, CONTENCOES ENTRE OUTRAS OBRAS ESPECIALIZADAS EM VIAS OU ESTRADAS NO MUNICIPIO

Licitação.: Não se Aplica Processo Nº.: _____

Data: 16/03/2022 Ordenador da Despesa: _____

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
CPF: [REDACTED].472.786-[REDACTED] / SECRETARIO MUNICIPAL

Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:

SALDO ANTERIOR ...	813.699,41	:	VALOR LIQUIDADO ..	0,00
VALOR EMPENHADO ..	813.699,41	:	DESCONTO ..	0,00
SALDO ATUAL	0,00	:	VALOR LIQUIDO	0,00
TOTAL EMPENHADO ..	813.699,41	:	SALDO A LIQUIDAR ..	813.699,41
VALOR A LIQUIDAR ..	813.699,41	:		

Data: 16/03/2022 Contador(a)/Contabilista: _____

LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
CRC: MG68.992/0 / CONTADOR

A liquidação Nº 000, no valor R\$0,00, da despesa a que se refere a presente NOTA DE EMPENHO, foi procedida com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou efetivação do serviço prestado.

Data: ____/____/____ Assinatura: _____

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
CPF: [REDACTED].472.786-[REDACTED] / SECRETARIO MUNICIPAL

Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido.

Data: ____/____/____ Ord. Pagto: _____

ANIRE LUIS NUNES SANTOS
CPF: 061.496.376-11 / SECRETARIO MUNICIPAL

referente a despesa acima mencionada, da qual e dada plena quitação.

____/____/____
Data

Identidade/CPF/CGC

Assinatura do Credor ou seu Procurador

BANCO:

Usuário: Luciana

CONTA:

R E C U R S O

CHEQUE:

DATA: ____/____/____

[Handwritten signature]

**CIMVALPI**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA**CONTRATO DE RATEIO****Nº. 072/2022****PREÂMBULO**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal **Wagner Mól Guimarães**, CPF nº [REDACTED].603.006-[REDACTED], denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, **Silvério Joaquim Aparecido da Luz** no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de **RIO CASCA, Adriano de Almeida Alvarenga**, CPF nº [REDACTED].890.926-[REDACTED], denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:

- a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto inter travados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.

1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.

1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.

1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.

2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.

2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 3.254.797,63 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.

3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.

3.3. Nos termos do art. 1º, inciso III c/c o art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irrevogável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.

4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.

4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.02.02.-04.122.0070.2445-4.4.71.70.00

5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.

5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do

CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.

5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.

5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:

6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;

6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;

6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;

6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.

6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;

6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da

despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, subfunção e fonte/destinação de recursos.

6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:

- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal;
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

- 7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;
- 7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;
- 7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;
- 7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;
- 7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES E RESCISÃO

8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no § 5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.

8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº [REDACTED].482.466-[REDACTED] Denominação de emprego público: Diretor técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Rodolfo Rodrigues Bordoni,

CPF nº [REDACTED].507.426-[REDACTED]. Denominação do emprego público: supervisor de obras, designada como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Silva Borges, CPF nº [REDACTED].289.826-[REDACTED]. Denominação de emprego público: Secretário municipal de obras, designado gestor, e pela Sra. Vanise Maria Santos Teixeira, CPF nº [REDACTED].906.326-[REDACTED]. Denominação do emprego público: Chefe de departamento de manutenção e fiscalização, designado como fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio **vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO**, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:

12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;

12.1.2. Lei nº 4320/64;

12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;

12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.

14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

- a) Anexo I, contendo o plano operativo;
- b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;
- c) Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 17 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal	CONTRATADO Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico – CIMVALPI
Gestor de Contrato – MUNICÍPIO	Fiscal de Contrato – CIMVALPI
Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO	

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães, Silvério Joaquim Aparecido da Luz e Silvério Joaquim Aparecido da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Rodolfo Rodrigues Bordoni, Vanise Maria Santos Teixeira, Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Luiz Henrique da Silva Borges. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código A080-FC1A-C108-49A4.



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

ANEXO I – PLANO OPERATIVO

O **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 3.254.797,63 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães, Wagner Mol Guimarães, Silverio Joaquim Aparecido Da Luz e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por rodolfo rodrigues bordoni, Vanise Maria Santos Teixeira, Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Luiz Henrique da Silva Borges. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código A080-FC1A-C108-49A4.



**CIMVALPI**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETTORIAL DO VALE DO PIRANGA**ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Os débitos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data débito	Valor Mês
17/02/2022	R\$ 813.699,41
10/03/2022	R\$ 813.699,41
11/04/2022	R\$ 813.699,41
10/05/2022	R\$ 813.699,40
Total	R\$ 3.254.797,63

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 17 de fevereiro de 2022.

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Guimaraes, Silverio Joaquim Aparecido Da Luz e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por rodolfo rodrigues bordoni, Vanise Maria Santos Teixeira, Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Luiz Henrique da Silva Borges.

Para verificar as assinaturas vá ao site

<https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código A080-FC1A-C108-49A4

Rua Jaime Pereira, 11-127, Progresso - CEP: 35.438-186 - Ponte Nova/MG - (31) 3881-3211

CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br - Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes, Wagner Mol Guimaraes, Silverio Joaquim Aparecido Da Luz e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por rodolfo rodrigues bordoni, Vanise Maria Santos Teixeira, Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Luiz Henrique da Silva Borges. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código A080-FC1A-C108-49A4.

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEN DE PAGAMENTO Nº 1.397-1

DESPEZA EXTRA-ORÇAMENTARIA

Exercício de: 2022

Data: 08.04/2022

Ficha: 000870

Classif. Extra-Orçament. : 1.1.3.04.00.00 - DEVEDORES DIVERSOS

Ficha : 000870 - TRANSFERENCIA CIMVALPI

Unidade : 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSECTORIAL V. DO PIRANG

Fonte de Recurso : 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Fica o Serviço de Finanças autorizado a pagar a importância de R\$ *****813.699,41 ,Oitocentos e treze mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos.***** ao Credor abaixo mencionado.

Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSECTORIAL DO VALE Número: 79609

Endereço.: RUA Jaime Pereira Bairro: Progresso CEP :35.430-186

Cidade...: Ponte Nova Est...: MG

Insc. Est: CGC... 19.738.706/0001.83

Banco: 104 Agência ...: 146-5 Conta ...: 628-2

Hist.: REPASSE AO CIMVALPI ATRAVES DE CONTRATO DE RATEIO 72/2022 PARA EXECUCAO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, TAPA BURACO, DRENAGENS, CONTENCOES ENTRE OUTRAS OBRAS ESPECIALIZADAS EM VIAS OU ESTRADAS NO MUNICIPIO

VALOR DA ORDEM DE PAGAMENTO: *****813.699,41

DESCONTOS: ***** **0,00

VALOR LÍQUIDO: *****813.699,41

Contador(a)/Contabilista: _____

LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
MG68.992/O

Pague-se PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, 08 de abril de 2022.

Ordenador da Despesa: _____

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
472.786-4

Q U I T A Ç ã o

Recebi(emos) do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, a importância de R\$ *****813.699,41 ,Oitocentos e treze mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta e um centavos.***** referente a Ordem de Pagamento acima mencionada, da qual é dada plena quitação.

Data	Identidade/CPF/CGC	Assinatura do Credor ou seu Procurador
BANCO: 8114	CONTA: 240529	CHEQUE:
Data: 11/04/22	Tesoureiro:	



CIMVALPI

CONTRATO DE RATEIO

Nº. 072/2022

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.49/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal **Wagner Mól Guimarães**, CPF nº [REDACTED].603.006-[REDACTED], denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, **Silvério Joaquim Aparecido da Luz** no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de **RIO CASCA, Adriano de Almeida Alvarenga**, CPF nº [REDACTED].890.916-[REDACTED], denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:

- a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto Inter travados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.

1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.

1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.

1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os

subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.

2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.

2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 3.254.797,63 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.

3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.

3.3. Nos termos do art. 1º, inciso III c/c o art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irrevogável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.



CIMVALPI

3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.

4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.

4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.02.02.-04.122.0070.2445-4.4.71.70.00

5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.

5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do



CIMVALPI

CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.

5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.

5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:

6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;

6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;

6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;

6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.

6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;

6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo o detalhamento referente à execução da



CIMVALPI

despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, subfunção e fonte/destinação de recursos.

6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:

- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal;
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

- 7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;
- 7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;
- 7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;
- 7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;
- 7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES E RESCISÃO

8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.

8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº [REDACTED] 482.466 [REDACTED] Denominação de emprego público: Diretor técnico, designado como gestor pelo Sr. Rodolfo Rodrigues Bordoni,



CIMVAL-MG

CPF nº 000.507.426-00. Denominação do emprego público: supervisor de obras, designada como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Silva Borges, CPF nº 000.289.826-00. Denominação de emprego público: Secretário municipal de obras, designado gestor, e pela Sra. Vanise Maria Santos Teixeira, CPF nº 000.906.326-00. Denominação do emprego público: Chefe de departamento de manutenção e fiscalização, designado como fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio **vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO**, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
12.1.2. Lei nº 4320/64;
12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.
14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:



CIMVALPI

- a) Anexo I, contendo o plano operacional;
- b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;
- c) Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 17 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal	CONTRATADO Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico – CIMVALPI
Gestor de Contrato – MUNICÍPIO	Fiscal de Contrato – CIMVALPI
Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO	



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
DE VALIA DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA

ANEXO I – PLANO OPERATIVO

O **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 3.254.797,63 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.





CIMVALPI

ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os débitos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data débito	Valor Mês
17/02/2022	R\$ 813.699,41
10/03/2022	R\$ 813.699,41
11/04/2022	R\$ 813.699,41
10/05/2022	R\$ 813.699,40
Total	R\$ 3.254.797,63

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 17 de fevereiro de 2022.

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães, Prefeito Municipal de Ponte Nova, Minas Gerais. O documento foi registrado eletronicamente por Wagner Mól Guimarães, Prefeito Municipal de Ponte Nova, Minas Gerais. Para verificar a assinatura vá ao site: <https://www.portaldeassinaturas.com.br>

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso - CEP: 35411-180 - Ponte Nova/MG - (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cimvalpi@mg.gov.br - Site: www.cimvalpi.mg.gov.br



30
horas

**Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
TED C – outra titularidade**

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: **PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS**

Agência: **1481**

Conta corrente: **24057 - 8**

Dados da TED:

Nome do favorecido: **CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC**

CPF/CNPJ: **19738706000183**

Número do banco, nome e ISPB: **104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305**

Agência: **0146PONTE NOVA**

Conta corrente: **00000005898**

Valor da TED: **R\$ 813.693,41**

Finalidade: **CREDITO EM CONTA**

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: **564525034000210**

TED solicitada em 11/04/2022 às 16:39:07 via Sispag.

Autenticação:

DB8EF6615B56653C5E119C2E35B43A3EDC2D8FF8

**CIMVALPI**CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA**TERMO DE RESCISÃO CONTRATO DE RATEIO****CONTRATO Nº 072/2022**

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI**, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, **Silvério Joaquim Aparecido da Luz** no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Visconde do Rio Branco, Luiz Fábio Antonucci Filho, CPF nº [REDACTED].593.236-[REDACTED], adiante denominado CONTRATADO e de outro lado **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal **Wagner Mól Guimarães**, CPF nº [REDACTED].603.006-[REDACTED], neste ato denominado CONTRATANTE, firmam o presente Termo de Rescisão do Contrato de Rateio de nº 072/2022, de acordo com as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a rescisão do Contrato de Rateio nº 072/2022 celebrado entre as partes cujo objeto é o repasse de recursos financeiros pelo Município de Ponte Nova ao CIMVALPI, objetivando a contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto inter travados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI, no valor total estimado de R\$ 3.254.797,63 (três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), com prazo de vigência de 17 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO

2.1 A presente rescisão de forma amigável é motivada em razão do ofício nº 342/2022, datado de 13.05.2022, de lavra do Prefeito do Município de Ponte Nova, Wagner Mól Guimarães, enviado ao CIMVALPI, justificado na insuficiência de recursos previstos atualmente na Lei Orçamentária, embora haja disponibilidade de recurso financeiro para o cumprimento integral do objeto do contrato, razão pelo qual encaminhou para aprovação da Câmara Municipal de Ponte Nova o projeto de lei nº 3.899/2022 para suplementação da dotação orçamentária, porém sem aprovação até a data da emissão do ofício.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O presente instrumento de rescisão produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura.



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

4.1 O presente instrumento é realizado de forma amigável pelas partes, tendo por fundamento legal o art. 79, inciso II, § 1º, da Lei 8666/93, e cláusula oitava do Contrato de Rateio celebrado entre as partes.

E por assim se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ponte Nova, 24 de maio de 2022.

CONTRATANTE Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal	CONTRATADO Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico – CIMVALPI
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães e Silvério Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Marcela Giardini Freitas.

Para verificar as assinaturas vá ao site

<https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código: 3390-E17C-87AC-70C5

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso – CEP: 35.430-186 – Ponte Nova/MG – (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães e Silvério Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Marcela Giardini Freitas. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3390-E17C-87AC-70C5.

Extrato de conta corrente

Nome: **PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS**
Agência: **1481** Conta: **24057-8**

Posição da Conta Corrente - 23/05/2022 às 13:19:11h

Extrato - Por Período**17/05/2022 a 17/05/2022**

Data	Lançamento	Valor (R\$)	Saldo (R\$)
16/05	SALDO ANTERIOR		10,00
17/05	SISPAG TRANSF TITUL TED	1481	497,63 -
17/05	SISPAG FORNECEDORES TED	1481	548.310,78 -
17/05	TED 104.0146CIMVALPI P A		406.849,00 • C
17/05	TED 104.0146CIMVALPI P A		406.850,41 • C
17/05	AG. APLICACAO PP CP	1481	264.891,00 -
17/05	SALDO		10,00

- Os saldos acima são baseados nas informações disponíveis até esse instante e poderão ser alterados a qualquer momento em função de novos lançamentos.

Dúvidas, sugestões e reclamações, se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h, ou o Fale Conosco (www.itaubr.com). Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala 0800 722 1722, disponível 24hs todos os dias.

INDICE - DOCUMENTOS CONTRATO 76/2022

TERMOS

NE GLOBAL 2928 CT 76.....	1
TERMO CONTRATO RATEIO 76/2022	2

REPASSE

OP 1399 E ANEXOS/RECIBO - PARCELA 1 DE 3	12
OP 2004 E ANEXOS/RECIBO - PARCELA 2 E 3 DE 3	24
RAZAO NE 2928 POR CONSOLIDAÇÃO BALANCETE DESPESA DO CONSORCIO	36

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG

NOTA DE EMPENHO N°= 2928/2022 0

O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada.

Orçamento de: 2022 Tipo: Global Data: 20/04/2022 Ficha: 000089

Órgão.....	02	-	EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade.....	02.02	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SubUnidade.....	02.02.02	-	CONS INTERM MULTISSECTORIAL V. DO PIRANG
Classif. Orçamentária:	04.122.0070.2445	-	GESTAO DO CIMVALPI
Elemento da Despesa...	4.4.71.70.00	-	Rateio pela Particip. Consórcio Público
Fonte de Recurso.....	2.00.00	-	Recursos Não Vinculados de Impostos

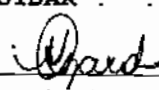
Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSECTORIAL DO VALE DO P Número: 79609
Endereço...: RUA Jaime Pereira N°: 127 Bairro: Progresso CEP: 35.430-186
Cidade...: Ponte Nova - MG CNPJ...: 19.738.706/0001.83
Banco ...: 104 Agência ...: 146-5 Conta ...: 628-2

Pela presente fica empenhada a importância de R\$875.939,89
 Oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos.....

Hist.: REPASSE AO CIMVALPI ATRAVES DE CONTRATO DE RATEIO 76/2022 PARA EXECUCAO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, TAPA BURACO, DRENAGENS, CONTENCOES ENTRE OUTRAS OBRAS ESPECIALIZADAS EM VIAS OU ESTRADAS NO MUNICIPIO

Licitação.: Não se Aplica Processo N°.: 
 Data: 20/04/2022 Ordenador da Despesa: 
 FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
 CPF: 472.786- / SECRETARIO MUNICIPAL

Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:				
SALDO ANTERIOR ...	1.105.679,37	:	VALOR LIQUIDADO ..	0,00
VALOR EMPENHADO ..	875.939,89	:	DESCONTO	0,00
SALDO ATUAL	229.739,48	:	VALOR LIQUIDO	0,00
TOTAL EMPENHADO ..	875.939,89	:	SALDO A LIQUIDAR ..	875.939,89
VALOR A LIQUIDAR :	875.939,89			

Data: 20/04/2022 Contador(a)/Contabilista: 
 LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
 CRC: MG68.992/O / CONTADOR

A liquidação N° 000, no valor R\$0,00, da despesa a que se refere a presente NOTA DE EMPENHO, foi procedida com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou efetivação do serviço prestado.

Data: __/__/__ Assinatura: _____
 FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
 CPF: 472.786- / SECRETARIO MUNICIPAL

Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido.

Data: __/__/__ Ord. Pagto: _____
 ANDRE LUIS NUNES SANTOS
 CPF: 496.376- / SECRETARIO MUNICIPAL

referente a despesa acima mencionada, da qual e dada plena quitação.

_____/_____/_____
 Data Identidade/CPF/CGC Assinatura do Credor ou seu Procurador

BANCO: _____ **CONTA:** _____ **RECURSO**
 Usuário: luciana **CHEQUE:** _____ **DATA:** __/__/__



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETTORIAL DO VALE DO PIRANGA

CONTRATO DE RATEIO

Nº. 076/2022

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal **Wagner Mól Guimarães**, CPF nº [REDACTED] 603.006-[REDACTED], denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, **Silvério Joaquim Aparecido da Luz** no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de **RIO CASCA, Adriano de Almeida Alvarenga**, CPF nº [REDACTED] 890.926-[REDACTED], denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:

- a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto Inter travados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.

1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.

1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.

1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANIA

subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.

2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.

2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.

3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.

3.3. Nos termos do art. 1º, inciso III c/c o art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irrevogável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.

4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.

4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.02.02.-04.122.0070.2445-4.4.71.70.00

5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.

5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PARANÁ

CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.

5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.

5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:

6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;

6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;

6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;

6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.

6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;

6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANEMA

despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, subfunção e fonte/destinação de recursos.

6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:

- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;

7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;

7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;

7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;

7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES E RESCISÃO

8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.

8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº [REDACTED].482.466-[REDACTED]. Denominação de emprego público: Diretor técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Rodolfo Rodrigues Bordoni,

CPF nº [REDACTED].507.426-[REDACTED]. Denominação do emprego público: supervisor de obras, designada como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Silva Borges, CPF nº [REDACTED].289.826-[REDACTED]. Denominação de emprego público: Secretário municipal de obras, designado gestor, e pela Sra. Vanise Maria Santos Teixeira, CPF nº [REDACTED].906.326-[REDACTED]. Denominação do emprego público: Chefe de departamento de manutenção e fiscalização, designado como fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio **vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO**, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
12.1.2. Lei nº 4320/64;
12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.
14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANIA

- a) Anexo I, contendo o plano operativo;
- b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;
- c) Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal	CONTRATADO Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico – CIMVALPI
Gestor de Contrato – MUNICÍPIO	Fiscal de Contrato – CIMVALPI
Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO	

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordoní. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDDF.

ANEXO I – PLANO OPERATIVO

O **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordoni. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDDF.

ANEXO II - VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO

 ANEXO II-A - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU									
OBRAS/SERVIÇO: SERVIÇOS DE TAPA BURACOS								BDI =	25,95%
LOCAL: RUAS DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA									
REFERÊNCIAS: SETOP 07/2021; SUDECAP 07/2021; SINAPI 07/2021; SICRO 04/2021; DER-ES 11/2020; SINOP-CURITIBA JUL/2021; DER-SP JUN/2021									
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	BDI 26,95% UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	INC.	FONTE / CÓDIGO
02	INSTALAÇÕES DA OBRA						R\$ 1.177,73	0,13%	
02.05	BANHEIRO QUÍMICO						R\$ 766,03	0,09%	
02.05.01	BANHEIRO QUÍMICO 110 cm x 120 cm x 230 cm COM MANUTENÇÃO	mês	1,00	R\$ 604,99	1,2695	R\$ 766,03	R\$ 766,03	0,09%	SUDECAP JUL/2021 / 01.10.01
02.06	SINALIZAÇÃO/SEGURANÇA						R\$ 409,70	0,05%	
02.06.05	CONE EM PVC H = 75 cm	un	10,00	R\$ 40,97	1,2695	R\$ 409,70	R\$ 409,70	0,05%	SUDECAP JUL/2021 / 01.11.07
03	DEMOLIÇÕES E REPOSIÇÕES						R\$ 12.250,76	1,40%	
03.02	CORTE MECÂNICO EM CONCRETO / ASFALTO						R\$ 5.910,00	0,67%	
03.02.01	CORTE MECÂNICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASFALTO	m	3.000,00	R\$ 1,95	1,2695	R\$ 1,97	R\$ 5.910,00	0,67%	SUDECAP JUL/2021 / 02.12.01
03.06	CARGA DE MATERIAL DEMOLIDO SOBRE CAMINHÃO						R\$ 451,88	0,05%	
03.06.02	MECÂNICA	m³	187,50	R\$ 1,90	1,2695	R\$ 2,41	R\$ 451,88	0,05%	SUDECAP JUL/2021 / 02.27.02
03.07	TRANSPORTE DE MATERIAL DEMOLIDO EM CAMINHÃO						R\$ 1.876,86	0,21%	
03.07.03	2 KM < OMT <= 5 KM	m³/km	656,25	R\$ 2,25	1,2695	R\$ 2,86	R\$ 1.876,86	0,21%	SUDECAP JUL/2021 / 02.28.03
03.08	LIMPEZA DO PAVIMENTO						R\$ 4.850,80	0,46%	
03.08.01	CAPINA E VARREDURA DE PAVIMENTO EM ALVENARIA POLIEDRICA	m²	1.875,00	R\$ 1,70	1,2695	R\$ 2,16	R\$ 4.050,00	0,46%	SUDECAP JUL/2021 / 02.30.01
05	PAVIMENTAÇÃO						R\$ 302.473,40	95,40%	
05.07	FORNECIMENTO DE MATERIAIS BETUMINOSOS, AREIA E BRITA						R\$ 279.733,80	31,94%	
05.07.03	CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO A GRAVEL (CAP) 60/70 (COLETADO NA ANP ACRESCIDO DE 10%)	t	60,00	R\$ 3.672,49	1,2695	R\$ 4.662,23	R\$ 279.733,80	31,94%	SUDECAP JUL/2021 / 08.09.06
05.08	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA						R\$ 67.369,60	7,69%	
05.08.02	OMT > 10 km	t x km	78.350,00	R\$ 0,86	1,2695	R\$ 0,86	R\$ 67.369,60	7,69%	SUDECAP JUL/2021 / 20.10.03
05.11	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE						R\$ 215.350,80	26,83%	
05.11.02	TAPA-BURACO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (EXECUÇÃO INCLUINDO USINAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO, APLICAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	ton	1.000,00	R\$ 405,95	1,2695	R\$ 515,35	R\$ 515.350,00	26,83%	SETOP JUL/2021 / RD-44638
VALOR TOTAL							R\$ 875.939,69	100,00%	



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRACICABA

ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os débitos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data débito	Valor Mês
10/03/2022	R\$ 291.979,96
11/04/2022	R\$ 291.979,96
10/05/2022	R\$ 291.979,97
Total	R\$ 875.939,89

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordoni.

Para verificar as assinaturas vá ao site

<https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDDF

CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br - Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordoni. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDDF.

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEN DE PAGAMENTO Nº 1.399-1

DESPEZA EXTRA-ORÇAMENTARIA

Exercício de: 2022

Data: 11/04/2022

Ficha: 000870

Classif. Extra-Orçament. : 1.1.3.04.00.00 - DEVEDORES DIVERSOS

Ficha : 000870 - TRANSFERENCIA CIMVALPI

Unidade : 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG

Fonte de Recurso : 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Fica o Serviço de Finanças autorizado a pagar a importância de R\$ *****291.979,96 ,Duzentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos.***** ao Credor abaixo mencionado.

Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE Número: 79609

Endereço.: RUA Jaime Pereira

Bairro: Progresso

CEP :35.430-186

Cidade...: Ponte Nova

Est...: MG

Insc. Est:

CGC...: 19.738.706/0001.83

Banco ...: 104 Agência ...: 146-5 Conta ...: 628-2

Hist.: REPASSE AO CIMVALPI ATRAVES DE CONTRATO DE RATEIO 76/2022 PARA EXECUCAO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, TAPA BURACO, DRENAGENS, CONTENCOES ENTRE OUTRAS OBRAS ESPECIALIZADAS EM VIAS OU ESTRADAS NO MUNICIPIO

VALOR DA ORDEM DE PAGAMENTO: *****291.979,96

DESCONTOS: *****0,00

VALOR LÍQUIDO: *****291.979,96

Contador(a)/Contabilista: _____

LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
MG68.992/O

Pague-se PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, 11 de abril de 2022.

Ordenador da Despesa: _____

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE

472.786-0

Q U I T A Ç Ã O

Recebi(emos) do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, a importância de R\$ *****291.979,96 ,Duzentos e noventa e um mil, novecentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos.***** referente a Ordem de Pagamento acima mencionada, da qual é dada plena quitação.

_____/_____/_____
Data

Identidade/CPF/CGC

Assinatura do Credor ou seu Procurador

BANCO: 814

CONTA: 24057.8

CHEQUE:

Data: 11/04/22

Tesoureiro: _____



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CONTRATO DE RATEIO

Nº. 076/2022

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal **Wagner Mól Guimarães**, CPF nº 715.603.006-04, denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, **Silvério Joaquim Aparecido da Luz** no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de **RIO CASCA**, **Adriano de Almeida Alvarenga**, CPF nº [REDACTED].890.926-[REDACTED] denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:

- a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto inter travados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.

1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.

1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.

1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os

subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.

2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.

2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.

3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.

3.3. Nos termos do art. 1º, inciso III c/c o art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irrevogável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordini. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 3CA8-D198-1C17-EDDF.



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DAS IMBAIAS

3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLAUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.

4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.

4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLAUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizadas pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.02.02.-04.122.0070.2445-4.4.71.70.00

5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.

5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do

CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.

5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.

5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:

6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;

6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;

6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;

6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.

6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;

6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da

10



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE LICITAÇÃO E GESTÃO DE VALORES E FINANÇAS

despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, subfunção e fonte/destinação de recursos.

6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:

- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal;
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;

7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;

7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;

7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;

7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES E RESCISÃO

8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.

8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº 013.482.466-00. Denominação de emprego público: Diretor técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Rodolfo Rodrigues Bordoni,



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MÚLTIPLO E PARCELADO DA LITORAL NOROCCIDENTAL

CPF nº [REDACTED].507.426-[REDACTED]. Denominação do emprego público: supervisor de obras, designada como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Silva Borges, CPF nº [REDACTED].289.826-[REDACTED]. Denominação de emprego público: Secretário municipal de obras, designado gestor, e pela Sra. Vanise Maria Santos Teixeira, CPF nº [REDACTED].906.326-[REDACTED]. Denominação do emprego público: Chefe de departamento de manutenção e fiscalização, designado como fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio **vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO**, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
- 12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
 - 12.1.2. Lei nº 4320/64;
 - 12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
 - 12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.
- 14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
- 14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:



CIMVALPI

CYBIS CORPORAÇÃO DE INVESTIMENTOS
MILITARES E PARTICIPAÇÕES S.A.

- a) Anexo I, contendo o plano operativo;
- b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;
- c) Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal	CONTRATADO Sílverio Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico - CIMVALPI
Gestor de Contrato - MUNICÍPIO	Fiscal de Contrato - CIMVALPI
Fiscal de Contrato - MUNICÍPIO	

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodrigo Rodrigues Bordoni. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDDF.

ANEXO I – PLANO OPERATIVO

O **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Mara Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Borroni. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-ED0F.



CIMVALPI
CONSTRUTORA E EMPREHEITADORA
DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

ANEXO II - VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO

 CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE MANUTENCAO E OBRAS DE PAVIMENTACAO											
ANEXO II-A - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU											
OBRAS/EMPRESA: SERVIÇOS DE TAPA BURACOS										BOM =	
LOCAL: ALIAS DIVERSAS DO MUNICÍPIO DE PONTE NOVA										30,00%	
REFERENCIAIS: SETOP (2021); SINICAP (2021); SINAPI (2021); DECO (2021); ODEBEX (2021); SINOP (2021); ALICAP (2021); SINISAP (2021)											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											
Nº											



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
DE VALORES E PREÇOS DE ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO

ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os débitos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data débito	Valor Mês
10/03/2022	R\$ 291.979,96
11/04/2022	R\$ 291.979,96
10/05/2022	R\$ 291.979,97
Total	R\$ 875.939,89

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordon. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldasassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDDF.

CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br - Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordon. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldasassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDDF.

22



30
horas

**Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
TED C - outra titularidade**

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: **PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS**

Agência: **1481**

Conta corrente: **24057 - 8**

Dados da TED:

Nome do favorecido: **CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC**

CPF/CNPJ: **19738706000183**

Número do banco, nome e ISPB: **104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305**

Agência: **0146PONTE NOVA**

Conta corrente: **00000005898**

Valor da TED: **R\$ 291.979,96**

Finalidade: **CREDITO EM CONTA**

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: **564525034000202**

TED solicitada em 11/04/2022 às 16:39:07 via Sispag.

Autenticação:

652DFAA661C544A8EF974C35A2E200699C94BA2B

Em caso de dúvidas, de posse do comprovante, contate seu gerente ou a Central no 40901685 (capitais e regiões metropolitanas) ou 0800 7701685 (demais localidades). Reclamações, informações e cancelamentos: SAC 0800 728 0728, 24 horas por dia ou Fale Conosco: www.itaubr.com.br/empresas. Se não ficar satisfeito com a solução, contate a Ouvidoria: 0800 570 0011, em dias úteis, das 9h às 18h. Deficiente auditivo/fala: 0800 722 1722

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEN DE PAGAMENTO N° 2.004-1

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA

Exercício de: 2022

Data: 23/05/2022

Ficha: 000870

Classif. Extra-Orçament. : 1.1.3.04.00.00 - DEVEDORES DIVERSOS

Ficha : 000870 - TRANSFERENCIA CIMVALPI

Unidade : 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG

Fonte de Recurso : 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Fica o Serviço de Finanças autorizado a pagar a importância de R\$ *****583.959,93 ,Quinhentos e oitenta e tres mil, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e tres centavos.***** ao Credor abaixo mencionado.

Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE Número: 79609

Endereço.: RUA Jaime Pereira

Bairro: Progresso

CEP :35.430-186

Cidade...: Ponte Nova

Est...: MG

Insc. Est:

CGC...: 19.738.706/0001.83

Banco ...: 104 Agência ...: 146-5 Conta ...: 628-2

Hist.: REPASSE AO CIMVALPI ATRAVES DE CONTRATO DE RATEIO 76/2022 PARA EXECUCAO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, TAPA BURACO, DRENAGENS, CONTENCOES ENTRE OUTRAS OBRAS ESPECIALIZADAS EM VIAS OU ESTRADAS NO MUNICIPIO PARCELA 2 E 3 DE 3

VALOR DA ORDEM DE PAGAMENTO: *****583.959,93

DESCONTOS: *****0,00

VALOR LÍQUIDO: *****583.959,93

Contador(a)/Contabilista: _____

LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
MG68.992/0

Pague-se PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, 23 de maio de 2022.

Ordenador da Despesa: _____

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE

472.786-1

Q U I T A Ç Ã O

Recebi(emos) do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, a importância de R\$ *****583.959,93 ,Quinhentos e oitenta e tres mil, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e tres centavos.***** referente a Ordem de Pagamento acima mencionada, da qual é dada plena quitação.

_____/_____/_____
Data

Identidade/CPF/CGC

Assinatura do Credor ou seu Procurador

BANCO: 914

CONTA: 24057-8

CHEQUE: V/C

Data: 27/05/2022

Tesoureiro: _____



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CONTRATO DE RATEIO

Nº. 076/2022

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal **Wagner Mól Guimarães**, CPF nº [REDACTED].603.006-[REDACTED] denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representada pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, **Silvério Joaquim Aparecido da Luz** no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de **RIO CASCA, Adriano de Almeida Alvarenga**, CPF nº [REDACTED].890.926-[REDACTED], denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:

- a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto inter travados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.

1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.

1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.

1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os

25



CIMVALPI

CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PARAÍSO

subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.

2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.

2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.

3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.

3.3. Nos termos do art. 1º, inciso III c/c o art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irrevogável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.

96

3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.

4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.

4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

02.02.02.-04.122.0070.2445-4.4.71.70.00

5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.

5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Mara Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordoni. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 3CA6-D19A-1C17-EDDF.

despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, subfunção e fonte/destinação de recursos.

6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:

- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal;
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLAUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;

7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;

7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;

7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;

7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES E RESCISÃO

8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.

8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidores do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº 3.482.466- Denominação de emprego público: Diretor técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Rodolfo Rodrigues Bordoni,



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
DE LUTAMENTO CONTRA O CÂNCER

CPF nº 507.426-1. Denominação do emprego público: supervisor de obras, designada como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Silva Borges, CPF nº 289.826-1 Denominação de emprego público: Secretário municipal de obras, designado gestor, e pela Sra. Vanise Maria Santos Teixeira, CPF nº 906.326-1 Denominação do emprego público: Chefe de departamento de manutenção e fiscalização, designado como fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio **vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO**, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
12.1.2. Lei nº 4320/64;
12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.
14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.
14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:



CIMVALPI

CONTRATADO MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE PONTE NOVA - GOIÁS

- a) Anexo I, contendo o plano operativo;
- b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;
- c) Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

CONTRATANTE

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal

CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz
Diretor Técnico - CIMVALPI

Gestor de Contrato - MUNICÍPIO

Fiscal de Contrato - CIMVALPI

Fiscal de Contrato - MUNICÍPIO

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordini. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.ponte-nova.go.gov.br/443> e utilize o código 3CA8-D195-C17-EDDF.

31

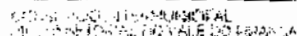
ANEXO I – PLANO OPERATIVO

O **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Borcom. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDDF.



ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os débitos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data débito	Valor Mês
10/03/2022	R\$ 291.979,96 60 1379
11/04/2022	R\$ 291.979,96 7
10/05/2022	R\$ 291.979,97 30 8004
Total	R\$ 875.939,89

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 22 de fevereiro de 2022.

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordon. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldassinaturas.com.br:443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDEE.

<https://www.portaldassinaturas.com.br:443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDEE.
CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br - Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães. Este documento foi assinado eletronicamente por Vanise Maria Santos Teixeira, Luiz Henrique da Silva Borges e Rodolfo Rodrigues Bordon. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldassinaturas.com.br:443> e utilize o código 3CA8-D19B-1C17-EDEE.



30
horas

Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
TED C - outra titularidade

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: **PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS**

Agência: **1481**

Conta corrente: **24057 - 8**

Dados da TED:

Nome do favorecido: **CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC**

CPF/CNPJ: **19738706000183**

Número do banco, nome e ISPB: **104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305**

Agência: **0146PONTE NOVA**

Conta corrente: **00000005898**

Valor da TED: **R\$ 583.959,93**

Finalidade: **CREDITO EM CONTA**

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: **771670263000017**

TED solicitada em 27/05/2022 às 15:57:23 via Sispag.

Autenticação:

7B96BE2352049E67A5F70B31E0E8A3413C7D0B85



UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: PONTE NOVA
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

18 nov 2022 15:20
FOLHA: 1

RAZÃO DE EMPENHO

FICHA.: 00089

CREDOR: 79609 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

DATA	CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR
20/04/2022	002928	Empenho orçamentário	875.939,89
30/05/2022	000001	Liquidação de empenho	510.071,25
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	510.071,25
30/05/2022		Pagamento empenho 2022/05439 Doc.0000083224 Ctc.0000000006	0,00
30/06/2022	000002	Liquidação de empenho	202.288,30
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	202.288,30
30/06/2022		Pagamento empenho 2022/06816 Doc.0000083366 Ctc.0000000006	0,00
31/08/2022	000003	Liquidação de empenho	148.458,53
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	148.458,53
31/08/2022		Pagamento empenho 2022/08929 Doc.0000083546 Ctc.0000000006	0,00
01/10/2022	000004	Liquidação de empenho	15.121,81
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	15.121,81
01/10/2022		Pagamento empenho 2022/10898 Doc.0000083674 Ctc.0000000006	0,00

RESUMO

Empenhado.....:	875.939,89
Complementado....:	0,00
Anulado.....:	0,00
Liquidado.....:	875.939,89
Descontos.....:	875.939,89
Anulação de Liquidação:	0,00
A Liquidar.....:	0,00
Cancelamentos....:	0,00
Restabelecimento..:	0,00
Liquidado a Pagar:	0,00
Pagamentos.....:	0,00
Anulação de Pagamento:	0,00
Empenhado a Pagar:	0,00

INDICE - DOCUMENTOS CONTRATO 76/2022 - 1º ADITIVO

TERMOS

NE GLOBAL 4409 CT 76 - 1º ADITIVO..... 1

TERMO CONTRATO RATEIO 76/2022 1º ADITIVO E RESERVA..... 2

REPASSE

OP 2504 E ANEXOS/RECIBO - PARCELA UNICA 5

RAZAO NE 4409 POR CONSOLIDAÇÃO BALANCETE DESPESA DO CONSORCIO 9

002504

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG
NOTA DE EMPENHO N°= 4409/2022 0

O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada.

Orçamento de: 2022 Tipo: Global Data: 10/06/2022 Ficha: 000089

Órgão.....	02	-	EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade.....	02.02	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SubUnidade.....	02.02.02	-	CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG
Classif. Orçamentária:	04.122.0070.2445	-	GESTAO DO CIMVALPI
Elemento da Despesa...	4.4.71.70.00	-	Rateio pela Particip. Consórcio Público
Fonte de Recurso.....	2.00.00	-	Recursos Não Vinculados de Impostos

Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO P Número: 79609
Endereço.: RUA Jaime Pereira N°: 127 Bairro: Progresso CEP: 35.430-186
Cidade...: Ponte Nova - MG CNPJ...: 19.738.706/0001.83
Banco ...: 104 Agência ...: 146-5 Conta ...: 628-2

Pela presente fica empenhada a importância de R\$25.350,30
Vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trinta centavos.....

Hist.: TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO 76/2022 JUSTIFICADA PELA ALTERAÇÃO DO VALOR INICIAL CONTRATADO CONF.TERMO ANEXO.

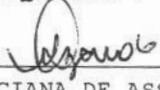
Licitação.: Não se Aplica Processo N°.: _____

Data: 10/06/2022 Ordenador da Despesa: _____


FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
CPF: [REDACTED].472.786-[REDACTED] / SECRETARIO MUNICIPAL

Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:				
SALDO ANTERIOR ...	37.947,53	:	VALOR LIQUIDADO ..	0,00
VALOR EMPENHADO ..	25.350,30	:	DESCONTO	0,00
SALDO ATUAL	12.597,23	:	VALOR LIQUIDO	0,00
TOTAL EMPENHADO ..	25.350,30	:	SALDO A LIQUIDAR :	25.350,30
VALOR A LIQUIDAR :	25.350,30			

Data: 10/06/2022 Contador(a)/Contabilista: _____


LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
CRC: MG68.992/O / CONTADOR

A liquidação N° 000, no valor R\$0,00, da despesa a que se refere a presente NOTA DE EMPENHO, foi procedida com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou efetivação do serviço prestado.

Data: ____/____/____ Assinatura: _____

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
CPF: [REDACTED].472.786-[REDACTED] / SECRETARIO MUNICIPAL

Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido.

Data: ____/____/____ Ord. Pagto: _____

ANDRE LUIS NUNES SANTOS
CPF: [REDACTED].496.376-[REDACTED] / SECRETARIO MUNICIPAL

referente a despesa acima mencionada, da qual e dada plena quitação.

____/____/____	____	____
Data	Identidade/CPF/CGC	Assinatura do Credor ou seu Procurador

BANCO:
Usuário: luciana

CONTA:

R E C U R S O
CHEQUE:

DATA: ____/____/____

**CIMVALPI**CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSECTORIAL DO VALE DO PIRANGA**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO****CONTRATO Nº 076/2022**

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSECTORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI**, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico **Silvério Joaquim Aparecido da Luz**, adiante denominado CONTRATADO e de outro lado o **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **Wagner Mól Guimarães**, CPF nº 000.603.006-000, denominado CONTRATANTE, Contrato de Rateio nº 076/2022, têm justo e contratado o seguinte termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a alteração do contrato vigente do seu valor inicial de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), passando para o valor de R\$ 901.290,19 (novecentos e um mil, duzentos e noventa reais e dezenove centavos), em um acréscimo de R\$ 25.350,30 (vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trinta centavos), devido a inclusão dos itens 02.06.02, 02.06.05, 03.01.03, conforme Anexo I – Planilha de Preços Unitários – PPU.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA:

2.1. O Presente termo aditivo é realizado com fundamento no art. 65, inciso I, b, da Lei 8.666/93, cláusula terceira, do instrumento contratual aditado, justificada a sua formalização em razão da necessidade de alteração do valor inicial contratado, com anuência do contratante, mantendo-se mais vantajosos para a Administração; pelo registro da adequação dos serviços contratados e satisfação da finalidade almejada; por fim, pelo registro da manutenção da motivação que levou a contratação original.

Ponte Nova, 11 de março de 2021.

CONTRATANTE Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal	CONTRATADO Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico – CIMVALPI
Gestor de Contrato – MUNICÍPIO	Fiscal de Contrato – CIMVALPI
Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO	

ANEXO I – PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU

 ANEXO I - PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS - PPU									
OBRA/SERVIÇO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ E SERVIÇOS DE TAPA BURACOS								BDI =	26,95%
LOCAL: SEDE, DISTRITOS, SUBDISTRITOS E LOCALIDADES DOS MUNICÍPIOS DE CONSORCIADOS AO CIMVALPI									
REFERÊNCIAS: SETOP 07/2021; SUDECAP 07/2021; SINAPI 07/2021; SICRO 04/2021; DER-ES 11/2020; SMOP-CURITIBA JUL/2021; DER-SP JUN/2021									
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	CUSTO	BDI	PREÇO	PREÇO	INC.	FONTE / CÓDIGO
				UNITÁRIO	26,95%	UNITÁRIO	TOTAL		
02.06	SINALIZAÇÃO/SEGURANÇA						R\$ 1.912,80	7,55%	
02.06.02	PLACA 0,50 m x 0,50 m DUPLA FACE CHAPA GALVANIZADA 22 EM CAVALETE	un/mês	30,00	R\$ 17,95	1,2695	R\$ 22,73	R\$ 683,70	2,70%	SUDECAP JUL/2021 / 01.11.03
02.06.05	CONE EMPVCH = 75 cm	un	30,00	R\$ 32,27	1,2695	R\$ 40,97	R\$ 1.229,10	4,85%	SUDECAP JUL/2021 / 01.11.07
03.01	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO E PAVIMENTO						R\$ 23.437,50	92,45%	
03.01.03	DE REVESTIMENTO ASFALTICO COM EQUIP. PNEUMATICO	m'	1.875,00	R\$ 9,85	1,2695	R\$ 12,50	R\$ 23.437,50	92,45%	SUDECAP JUL/2021 / 02.11.07
VALOR TOTAL						R\$	25.350,30	100,00%	



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges, Vanise Maria Santos Teixeira e rodolfo rodrigues bordoni.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 7B84-6AFE-677E-86B5.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

RESERVA DE DOTAÇÃO No - 00067

O responsável p/ exec. orçament. do(a) PONTE NOVA,
para atender a Lei 8.666/93 e suas alterações, reserva nesta data a importância
abaixo discriminada.

Orçamento de: 2022

Data: 23/05/2022

Ficha: 89

Tipo de Licitação: Não se Aplica

Licitação No:

Órgão	02	- EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade	02.02	- SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SubUnidade.....	02.02.02	- CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG
Função	04	- Administracao
Sub-Função	122	- Administracao Geral
Classif. Orçamentária ...	0070.2445	- GESTAO DO CIMVALPI
Elemento da Despesa	4.4.71.70.00	- Rateio pela Particip. Consórcio Público
Fonte de Recursos	2.00.00	- Recursos Não Vinculados de Impostos

Pela presente fica reservada a importância de R\$ *****25.350,30
Vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trinta centavos.*****

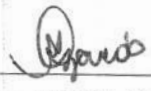
Hist.: RESERVA PARA O PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO CONTRATO Nº 076/202
2

Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:

SALDO ANTERIOR : *****228.490,70 : VALOR RESERVADO : *****25.350,30

Data: 23/05/2022

Contador(a):


LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
CONTADOR CRC-MG68.992/O

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEN DE PAGAMENTO Nº 2.504-1

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA

Exercício de: 2022

Data: 21/06/2022

Ficha: 000870

Classif. Extra-Orçament. : 1.1.3.04.00.00 - DEVEDORES DIVERSOS

Ficha : 000870 - TRANSFERENCIA CIMVALPI

Unidade : 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG

Fonte de Recurso : 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Fica o Serviço de Finanças autorizado a pagar a importância de R\$ *****25.350,30 ,Vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trinta centavos.***** ao Credor abaixo mencionado.

Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE Número: 79609

Endereço.: RUA Jaime Pereira

Bairro: Progresso

CEP :35.430-186

Cidade...: Ponte Nova

Est...: MG

Insc. Est:

CGC...: 19.738.706/0001.83

Banco ...: 104 Agência ...: 146-5 Conta ...: 628-2

Hist.: REPASSE AO CIMVALPI ATRAVES DE ADITIVO CONT. DE RATEIO 76/2022 PARA EXECUCAO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, TAPA BURACO, DRENAGENS, CONTENCOES ENTRE OUTRAS OBRAS ESPECIALIZADAS EM VIAS OU ESTRADAS NO MUNICIPIO

VALOR DA ORDEM DE PAGAMENTO: *****25.350,30

DESCONTOS: *****0,00

VALOR LÍQUIDO: *****25.350,30

Contador(a)/Contabilista: _____

Luciana de Assis Teixeira Lizardo
LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
MG68.992/0

Pague-se PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, 21 de junho de 2022.

Ordenador da Despesa: _____

Fernando Antonio de Andrade
FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE

472.786-1

Q U I T A Ç Ã O

Recebi(emos) do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, a importância de R\$ *****25.350,30 ,Vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trinta centavos.***** referente a Ordem de Pagamento acima mencionada, da qual é dada plena quitação.

_____/_____/_____
Data Identidade/CPF/CGC Assinatura do Credor ou seu Procurador

BANCO: 814 CONTA: 24057-9 CHEQUE: _____

Data: 22/06/22 Tesoureiro: _____

Usuário: luciana



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO

CONTRATO Nº 076/2022

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI**, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico **Silvério Joaquim Aparecido da Luz**, adiante denominado CONTRATADO e de outro lado o **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **Wagner Mól Guimarães**, CPF nº **000.603.006-00**, denominado CONTRATANTE, Contrato de Rateio nº 076/2022, têm justo e contratado o seguinte termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a alteração do contrato vigente do seu valor inicial de R\$ 875.939,89 (oitocentos e setenta e cinco mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos), passando para o valor de R\$ 901.290,19 (novecentos e um mil, duzentos e noventa reais e dezenove centavos), em um acréscimo de R\$ 25.350,30 (vinte e cinco mil, trezentos e cinquenta reais e trinta centavos), devido a inclusão dos itens 02.06.02, 02.06.05, 03.01.03, conforme Anexo I – Planilha de Preços Unitários – PPJ.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA:

2.1. O Presente termo aditivo é realizado com fundamento no art. 65, inciso I, b, da Lei 8.666/93, cláusula terceira, do instrumento contratual aditado, justificada a sua formalização em razão da necessidade de alteração do valor inicial contratado, com anuência do contratante, mantendo-se mais vantajosos para a Administração; pelo registro da adequação dos serviços contratados e satisfação da finalidade almejada; por fim, pelo registro da manutenção da motivação que levou a contratação original.

Ponte Nova, 11 de março de 2021.

CONTRATANTE Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal	CONTRATADO Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico – CIMVALPI
Gestor de Contrato – MUNICÍPIO	Fiscal de Contrato – CIMVALPI
Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO	



30
horas

**Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
TED C - outra titularidade**

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: **PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS**

Agência: **1481**

Conta corrente: **24057 - 8**

Dados da TED:

Nome do favorecido: **CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC**

CPF/CNPJ: **19738706000183**

Número do banco, nome e ISPB: **104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305**

Agência: **0146PONTE NOVA**

Conta corrente: **00000005898**

Valor da TED: **R\$ 25.350,30**

Finalidade: **CREDITO EM CONTA**

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: **775644379000092**

TED solicitada em 22/06/2022 às 15:52:12 via Sispag.

Autenticação:

19891B09896219BF4ABFD1019E52DE7EC8F27FDE



UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: PONTE NOVA
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

18 nov 2022 15:20
FOLHA: 1

RAZÃO DE EMPENHO

FICHA.: 00089

CREDOR: 79609 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

DATA	CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR
10/06/2022	004409	Empenho orçamentário	25.350,30
01/10/2022	000001	Liquidação de empenho	25.350,30
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	25.350,30
01/10/2022		Pagamento empenho 2022/10898 Doc.0000083674 Ctc.00000000006	0,00

RESUMO

Empenhado.....:	25.350,30
Complementado.....:	0,00
Anulado.....:	0,00
Liquidado.....:	25.350,30
Descontos.....:	25.350,30
Anulação de Liquidação:	0,00
A Liquidar.....:	0,00
Cancelamentos.....:	0,00
Restabelecimento..:	0,00
Liquidado a Pagar:	0,00
Pagamentos.....:	0,00
Anulação de Pagamento:	0,00
Empenhado a Pagar:	0,00

INDICE - DOCUMENTOS CONTRATO 76/2022 - 2º ADITIVO

TERMOS

NE GLOBAL 6297 CT 76 - 2º ADITIVO..... 1

TERMO CONTRATO RATEIO 76/2022 2º ADITIVO E RESERVA..... 2

REPASSE

OP 3621 E ANEXOS/RECIBO - PARCELA UNICA 7

RAZAO NE 6297 POR CONSOLIDAÇÃO BALANCETE DESPESA DO CONSORCIO 13

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG

NOTA DE EMPENHO Nº= 6297/2022 0

O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada.

Orçamento de: 2022 Tipo: Ordinário Data: 12/08/2022 Ficha: 000089

Órgão.....:	02	-	EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade.....:	02.02	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SubUnidade.....:	02.02.02	-	CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG
Classif. Orçamentária:	04.122.0070.2445	-	GESTAO DO CIMVALPI
Elemento da Despesa...:	4.4.71.70.00	-	Rateio pela Particip. Consórcio Público
Fonte de Recurso.....:	2.00.00	-	Recursos Não Vinculados de Impostos

Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO P Número: 79609
Endereço...: RUA Jaime Pereira Nº: 127 Bairro: Progresso CEP: 35.430-186
Cidade...: Ponte Nova - MG CNPJ...: 19.738.706/0001.83
Banco ...: 104 Agência ...: 146-5 Conta ...: 628-2

Pela presente fica empenhada a importância de R\$279.798,99
 Duzentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos.....

Hist.: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2022 PARA REPASSE REF.AO REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DE ITENS DO CONTRATO ADM DO CIMVALPI COM EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERV.DE TAPA BURACOS E PAV.ASFALTICA CONF.TERMO ANEXO

Licitação.: Não se Aplica

Processo Nº.: 

Data: 12/08/2022

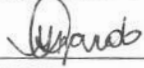
Ordenador da Despesa:

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
 CPF: █.472.786-█ / SECRETARIO MUNICIPAL

Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:				
SALDO ANTERIOR ...:	309.210,19	:	VALOR LIQUIDADO ..:	0,00
VALOR EMPENHADO ..:	279.798,99	:	DESCONTO	0,00
SALDO ATUAL	29.411,20	:	VALOR LIQUIDO	0,00
TOTAL EMPENHADO ..:	279.798,99	:	SALDO A LIQUIDAR ..:	279.798,99
VALOR A LIQUIDAR ..:	279.798,99	:		

Data: 12/08/2022

Contador(a)/Contabilista:


 LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
 CRC: MG68.992/0 / CONTADOR

A liquidação Nº 000, no valor R\$0,00, da despesa a que se refere a presente NOTA DE EMPENHO, foi procedida com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou efetivação do serviço prestado.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
 CPF: █.472.786-█ / SECRETARIO MUNICIPAL

Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido.

Data: ____/____/____

Ord. Pagto: _____

ANDRE LUIS NUNES SANTOS
 CPF: █.496.376-█ / SECRETARIO MUNICIPAL

referente a despesa acima mencionada, da qual e dada plena quitação.

____/____/____
 Data

Identidade/CPF/CGC

Assinatura do Credor ou seu Procurador

BANCO:

CONTA:

R E C U R S O

CHEQUE:

DATA: ____/____/____

Usuário: luciana



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSECTORIAL DO VALE DO PIRANGA

Ficha 90
Fonte 8.00

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO

CONTRATO Nº 076/2022

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSECTORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI**, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico **Silvério Joaquim Aparecido da Luz**, adiante denominado CONTRATADO e de outro lado o **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **Wagner Mól Guimarães**, CPF nº [REDACTED].603.006-[REDACTED], denominado CONTRATANTE, Contrato de Rateio nº 076/2022, têm justo e contratado o seguinte termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a alteração do contrato vigente do seu valor inicial de 901.290,19 (novecentos e um mil, duzentos e noventa reais e dezenove centavos), para o valor de R\$ 1.181.089,18 (um milhão e cento e oitenta e um mil e oitenta e nove reais e dezoito centavos), em um acréscimo de R\$ 279.798,99 (duzentos e setenta e nove mil e setecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos).

1.2 O referido acréscimo se dá em razão do reequilíbrio econômico-financeiro de alguns itens do contrato administrativo realizado com a empresa de engenharia contratada para a prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto intertravados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI, conforme detalhado na planilha do anexo I do presente aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

2.1. O Presente termo aditivo é realizado com fundamento no art. 65, inciso I, alínea "d", da Lei 8.666/93, cláusula terceira, do instrumento contratual aditado, justificada a sua formalização em razão da necessidade de alteração do valor inicial contratado de alguns itens, com anuência do contratante, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da relação pactuada entre as partes.

Recada em 12/08/22

2

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães e Silvério Joaquim Aparecido da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760.



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Ponte Nova, 24 de maio de 2022.

CONTRATANTE

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal

CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz
Diretor Técnico – CIMVALPI

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães e Silvério Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760.

**CIMVALPI**CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA**ANEXO I – VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE
APURAÇÃO/CÁLCULO****CIMVALPI**CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Serviço: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA					Município: PONTE NOVA				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	BDI	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	INC	FONTE/CÓDIGO
03.02.01	CORTE MECANICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASFALTO	m	0,00	R\$ 0,12	1,2695	R\$ 0,15	R\$ 449,75	0,62	SUDECAP JUL/202102.12.01
03.06.02	MECÂNICA	m³	0,00	R\$ 0,20	1,2895	R\$ 0,25	R\$ 46,86	0,03	SUDECAP JUL/202102.27.02
03.07.03	2 KM < DMT <= 5 KM	m³xkm	0,00	R\$ 0,07	1,2695	R\$ 0,09	R\$ 58,93	0,02	SUDECAP JUL/202102.28.03
06.07.03	CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO NA ANP ACRESCIDO DE ICMS)	t	0,00	R\$ 957,05	1,2695	R\$ 1.214,98	R\$ 72.898,63	4,03	SUDECAP JUL/202168.09.06
06.08.02	DMT > 10 km	t x km	0,00	R\$ 0,04	1,2695	R\$ 0,05	R\$ 3,915,34	1,78	SUDECAP JUL/202120.10.03
06.11.02	TAPA-BURACO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE ((EXECUÇÃO INCLUINDO USINAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO, APLICAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	ton	0,00	R\$ 159,46	1,2695	R\$ 202,43	R\$ 202,429,48	2,59	SETOP JUL/2021 RO-44638
					Total: R\$279.798,99				

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760.

**CIMVALPI**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA**ANEXO II - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Os pagamentos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data Pagamento	Valor Pagamento
27/05/2022	R\$ 279.798,99
TOTAL	R\$ 279.798,99

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 24 de maio de 2022.

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini Freitas.

Para verificar as assinaturas vá ao site

<https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760.
CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

RESERVA DE DOTACÃO No - 00077

O responsável p/ exec. orçament. do(a) PONTE NOVA,
para atender a Lei 8.666/93 e suas alterações, reserva nesta data a importância
abaixo discriminada.

Orçamento de: 2022

Data: 10/06/2022

Ficha: 89

Tipo de Licitação: Dispensa Art. 24

Licitação No:

Órgão	02	- EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade	02.02	- SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SubUnidade.....	02.02.02	- CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG
Função	04	- Administracao
Sub-Função	122	- Administracao Geral
C. sif. Orçamentária ...	0070.2445	- GESTAO DO CIMVALPI
Elemento da Despesa	4.4.71.70.00	- Rateio pela Particip. Consórcio Público
Fonte de Recursos	1.00.00	- Recursos Não Vinculados de Impostos

Pela presente fica reservada a importância de R\$ *****279.798,99
Duzentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e no
ve centavos.*****

Hist.: aditivo de contrato de rateio 076/2022

Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:

S O ANTERIOR : *****0,00 : VALOR RESERVADO : *****279.798,99

Data: 10/06/2022

Contador(a):

LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
CONTADOR CRC-MG68.992/O

6

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEM DE PAGAMENTO Nº 3.621-1

DESPESA EXTRA-OPCAMENTARIA

Exercício de: 2022

Data: 12/08/2022

Ficha: 000870

Classif. Extra-Orçament. : 1.1.3.04.00.00 - DEVEDORES DIVERSOS

Ficha : 000870 - TRANSFERENCIA CIMVALPI

Unidade : 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG

Fonte de Recurso : 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Fica o Serviço de Finanças autorizado a pagar a importância de R\$ *****279.798,99 ,Duzentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos.***** ao Credor abaixo mencionado.

Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE Número: 79609

Endereço.: RUA Jaime Pereira

Bairro: Progresso

CEP :35.430-186

Cidade...: Ponte Nova

Est...: MG

Insc. Est:

CGC...: 19.738.706/0001.83

Banco ...: 104 Agência ...: 146-5 Conta . : 628-2

Hist.: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 76/2022 PARA REPASSE REF.AO REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DE ITENS DO CONTRATO ADM DO CIMVALPI COM EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERV.DE TAPA BURACOS E PAV.ASFALTICA CONF.TERMO ANEXO

VALOR DA ORDEM DE PAGAMENTO: *****279.798,99

DESCONTOS: *****0,00

VALOR LÍQUIDO: *****279.798,99

Contador(a)/Contabilista:

LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
MG68.992/O

Pague-se PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, 12 de agosto de 2022.

Ordenador da Despesa:

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
472.786-

Q U I T A Ç Ã O

Recebi(emos) do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, a importância de R\$ *****279.798,99 ,Duzentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos.***** referente a Ordem de Pagamento acima mencionada, da qual é dada plena quitação.

Data

Identidade/CPF/CGC

Assinatura do Credor ou seu Procurador

BANCO:

CONTA:

CHEQUE:

Data: 17/08/22

Tesoureiro:

Usuário: luciana



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO

CONTRATO Nº 076/2022

Pelo presente instrumento que entre si fazem o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA - CIMVALPI**, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Diretor Técnico **Silvério Joaquim Aparecido da Luz**, adiante denominado CONTRATADO e de outro lado o **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **Wagner Mól Guimarães**, CPF nº [REDACTED].603.006-[REDACTED], denominado CONTRATANTE, Contrato de Rateio nº 076/2022, têm justo e contratado o seguinte termo aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a alteração do contrato vigente do seu valor inicial de 901.290,19 (novecentos e um mil, duzentos e noventa reais e dezenove centavos), para o valor de R\$ 1.181.089,18 (um milhão e cento e oitenta e um mil e oitenta e nove reais e dezoito centavos), em um acréscimo de R\$ 279.798,99 (duzentos e setenta e nove mil e setecentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos).

1.2 O referido acréscimo se dá em razão do reequilíbrio econômico-financeiro de alguns itens do contrato administrativo realizado com a empresa de engenharia contratada para a prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto intertravados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI, conforme detalhado na planilha do anexo I do presente aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

2.1. O Presente termo aditivo é realizado com fundamento no art. 65, inciso I, alínea "d", da Lei 8.666/93, cláusula terceira, do instrumento contratual aditado, justificada a sua formalização em razão da necessidade de alteração do valor inicial contratado de alguns itens, com anuência do contratante, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da relação pactuada entre as partes.



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

Ponte Nova, 24 de maio de 2022.

CONTRATANTE

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal

CONTRATADO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz
Diretor Técnico – CIMVALPI

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães e Silvério Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760.

ANEXO I – VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO

Serviço: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA					Município: PONTE NOVA				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	BDI	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	INC	FONTE/CÓDIGO
03.02.01	CORTE MECÂNICO COM SERRA CIRCULAR EM CONCRETO / ASFALTO	m	0,00	R\$ 0,12	1,2695	R\$ 0,15	R\$ 449,75	0,62	SUDECAP JUL/202102.12.01
03.06.02	MECÂNICA	m³	0,00	R\$ 0,20	1,2695	R\$ 0,25	R\$ 46,86	0,03	SUDECAP JUL/202102.27.02
03.07.03	2 KM < DMT <= 5 KM	m³xkm	0,00	R\$ 0,07	1,2695	R\$ 0,09	R\$ 58,93	0,02	SUDECAP JUL/202102.28.03
06.07.03	CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO A GRANEL (CAP) 50/70 (COLETADO NA ANP ACRESCIDO DE ICMS)	t	0,00	R\$ 957,05	1,2695	R\$ 1.214,98	R\$ 72.898,63	4,03	SUDECAP JUL/202168.09.06
06.08.02	DMT > 10 km	t x km	0,00	R\$ 0,04	1,2695	R\$ 0,05	R\$ 3.915,34	1,78	SUDECAP JUL/202120.10.03
06.11.02	TAPA-BURACO COM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE ((EXECUÇÃO INCLUINDO USINAGEM, PINTURA DE LIGAÇÃO, APLICAÇÃO DA MASSA, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS, EXCLUI FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	ton	0,00	R\$ 159,46	1,2695	R\$ 202,43	R\$ 202.429,48	2,59	SETOP JUL/2021 RO-44638
Total: R\$279.798,99									

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mof Guimaraes e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Ciardini Freitas.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760.

**CIMVALPI**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETTORIAL DO VALE DO PIRANGA**ANEXO II - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Os pagamentos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data Pagamento	Valor Pagamento
27/05/2022	R\$ 279.798,99
TOTAL	R\$ 279.798,99

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente cronograma de desembolso vinculado ao MUNICÍPIO tem vigência da data de assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 24 de maio de 2022.

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Luiz Henrique da Silva Borges e Marcela Giardini Freitas.

Para verificar as assinaturas vá ao site

<https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código C1BF-CE14-2571-7760

CNPJ: 19.738.706/0001-83 – E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br – Site: www.cimvalpi.mg.gov.br



30
horas

**Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
TED C – outra titularidade**

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: **PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS**

Agência: **1481**

Conta corrente: **24057 - 8**

Dados da TED:

Nome do favorecido: **CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC**

CPF/CNPJ: **19738706000183**

Número do banco, nome e ISPB: **104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305**

Agência: **0146PONTE NOVA**

Conta corrente: **00000005898**

Valor da TED: **R\$ 279.798,99**

Finalidade: **CREDITO EM CONTA**

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: **984303480000130**

TED solicitada em 17/08/2022 às 16:28:22 via Sispag.

Autenticação:

160BF95FAC8F4ECA3DE7E1E9A6D61C8F1C0EEDA3

12



UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: PONTE NOVA
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

18 nov 2022 15:21
FOLHA: 1

RAZÃO DE EMPENHO

FICHA.: 00089

CREADOR: 79609 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

DATA	CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR
12/08/2022	006297	Empenho orçamentário	279.798,99
01/10/2022	000001	Liquidação de empenho	230.366,32
	000870	TRANSFERENCIA CIMVALPI	230.366,32
01/10/2022		Pagamento empenho 2022/10898 Doc.0000083674 Ctc.00000000006	0,00

RESUMO

Empenhado.....:	279.798,99
Complementado....:	0,00
Anulado.....:	0,00
Liquidado.....:	230.366,32
Descontos.....:	230.366,32
Anulação de Liquidação:	0,00
A Liquidar.....:	49.432,67
Cancelamentos....:	0,00
Restabelecimento..:	0,00
Liquidado a Pagar:	0,00
Pagamentos.....:	0,00
Anulação de Pagamento:	0,00
Empenhado a Pagar:	49.432,67

INDICE - DOCUMENTOS CONTRATO 188/2022

TERMOS

NE GLOBAL 6301 CT 118..... 1

TERMO CONTRATO RATEIO 118/2022 E RESERVA..... 2

REPASSE

OP 3622 E ANEXOS/RECIBO - PARCELA UNICA 13

RAZAO NE 6301 POR CONSOLIDAÇÃO BALANCETE DESPESA DO CONSORCIO

SEM DESPESA DECLARADA 25

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA-MG
NOTA DE EMPENHO **Nº= 6301/2022** **0**

O ordenador da despesa, para efeito da execução orçamentária, determina que seja empenhada neste exercício a importância abaixo discriminada.

Orçamento de: 2022 Tipo: Ordinário Data: 12/08/2022 Ficha: 000089

Órgão.....:	02	-	EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade.....:	02.02	-	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SubUnidade.....:	02.02.02	-	CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG
Classif. Orçamentária:	04.122.0070.2445	-	GESTAO DO CIMVALPI
Elemento da Despesa...:	4.4.71.70.00	-	Rateio pela Particip. Consórcio Público
Fonte de Recurso.....:	2.00.00	-	Recursos Não Vinculados de Impostos

Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO P Número: 79609
Endereço.: RUA Jaime Pereira Nº: 127 Bairro: Progresso CEP: 35.430-186
Cidade...: Ponte Nova - MG CNPJ...: 19.738.706/0001.83
Banco: 104 Agência ...: 146-5 Conta ...: 628-2

Pela presente fica empenhada a importância de R\$29.411,20
Vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos.....

Hist.: CONTRATO 188/2022 PARA REPASSE REF.CONTRATACAO PELO CIMVALPI DE EMPRESA
NA PRESTAÇÃO DE SERV.DE TAPA BURACOS,PAV.ASFALTICA, DRENAGEM, BLOQUETES E
SERV.COMPLEMENTATRES NAS VIAS E OU ESTRADAS DO MUNICIPIO CONF.TERMO ANEXO

Licitação.: Não se Aplica

Processo Nº.: _____

Data: 12/08/2022

Ordenador da Despesa: _____

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
CPF: [REDACTED].472.786-[REDACTED] / SECRETARIO MUNICIPAL

Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:				
SALDO ANTERIOR ...:	29.411,20	:	VALOR LIQUIDADO ..:	0,00
VALOR EMPENHADO ..:	29.411,20	:	DESCONTO	0,00
SALDO ATUAL	0,00	:	VALOR LIQUIDO ...:	0,00
TOTAL EMPENHADO ..:	29.411,20	:	SALDO A LIQUIDAR ..:	29.411,20
VALOR A LIQUIDAR ..:	29.411,20	:		

Data: 12/08/2022

Contador(a)/Contabilista: _____

LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
CRC: MG68.992/0 / CONTADOR

A liquidação Nº 000, no valor R\$0,00, da despesa a que se refere a presente NOTA DE EMPENHO, foi procedida com base no documento apresentado, onde demonstra a entrega do material ou efetivação do serviço prestado.

Data: ____/____/____ Assinatura: _____

FERNANDO ANTONIO DE ANDRADE
CPF: [REDACTED].472.786-[REDACTED] / SECRETARIO MUNICIPAL

Face a liquidação acima autorizo o pagamento desta importância ao favorecido.

Data: ____/____/____ Ord. Pagto: _____

ANDRE LUIS NUNES SANTOS
CPF: [REDACTED].496.376-[REDACTED] / SECRETARIO MUNICIPAL

referente a despesa acima mencionada, da qual e dada plena quitação.

____/____/____	_____	_____
Data	Identidade/CPF/CGC	Assinatura do Credor ou seu Procurador

BANCO:
Usuário: luciana

CONTA:

R E C U R S O
CHEQUE:

DATA: ____/____/____



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CONTRATO DE RATEIO

Nº. 188/2022

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF nº [REDACTED].603.006-[REDACTED], denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, **Silvério Joaquim Aparecido da Luz** no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Sr. Prefeito Municipal de **VISCONDE DO RIO BRANCO, Luiz Fábio Antonucci Filho**, CPF nº [REDACTED].593.236-[REDACTED], denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:

- a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto intertravados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.

1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.

1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.

1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os

Data ... 17/08/22 ...

2

subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.

2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.

2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 29.411,20 (vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.

3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.

3.3. Nos termos do art. 1º, inciso III c/c o art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irrevogável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre a data de assinatura do contrato até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.

4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.

4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizadas pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

04.122.0070.2445 - 3.3.71.70.00 – Fonte 2.00.00

5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.

5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETTORIAL DO VALE DO PIRANGA

financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.

5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.

5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:

6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;

6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;

6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;

6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.

6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, sub função e fonte/destinação de recursos.

6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:

- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal;
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;

7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;

7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;

7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;

7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES E RESCISÃO

8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.

8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Brollo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldasassinaturas.com.br:443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETTORIAL DO VALE DO PIRANGA

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo servidor do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº [REDACTED].482.466-[REDACTED]. Denominação de emprego público: Diretor Técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Wadson Ribeiro Corcini, CPF nº [REDACTED].605.656-[REDACTED]. Denominação de emprego público: Supervisor de Execução de Obras, designado como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Silva Borges, CPF nº [REDACTED].289.826-[REDACTED]. Denominação do emprego público: Secretário Municipal de Obras, designado gestor, e pelo Matheus Barbosa Broilo Campos, CPF nº [REDACTED].333.826-[REDACTED]. CREA nº 254.212/D. Denominação do emprego público: Engenheiro Civil, designado fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio **vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO**, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
12.1.2. Lei nº 4320/64;
12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

7

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.

14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:

- a) Anexo I, contendo o plano operativo;
- b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;
- c) Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 07 de julho de 2022.

CONTRATANTE Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal	CONTRATADO Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico – CIMVALPI
Luiz Henrique da Silva Borges Gestor de Contrato – MUNICÍPIO	Silvério Joaquim Aparecido da Luz Gestor de Contrato – CIMVALPI
Matheus Barbosa Broilo Campos Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO	Wadson Ribeiro Corcini Fiscal de Contrato – CIMVALPI

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães, Wagner Mól Guimarães e Silvério Joaquim Aparecido da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

ANEXO I – PLANO OPERATIVO

O **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 29.411,20 (vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.

ANEXO II - VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO

Serviço: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA					Município: PONTE NOVA				
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	BDI	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	INC	FONTE/CÓDIGO
11	EQUIPAMENTOS		103,37				R\$ 1.010,25		
11.03	LOCAÇÃO VEÍCULO POPULAR MOTOR 12 CV/AR E SEGURANÇA SEM COMBUSTÍVEL	mês	0,12	R\$ 1.336,97	1,2695	R\$ 2.452,38	R\$ 418,03	0,15	SUDECAP JUL/202143.01.01
11.10	ETANOL	litro	103,20	R\$ 4,52	1,2695	R\$ 5,74	R\$ 592,37	0,08	SUDECAP JUL/202143.02.02
12	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, CONTROLE DE QUALIDADE DAS OBRAS E PLANEJAMENTO FUTURO		200,15				R\$ 26.504,47		
12.01	CONSULTORIA PARA OBRAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS		78				R\$ 5.640,42		
12.01.01	ENGENHEIRO CONSULTOR ESPECIAL	h	9,00	R\$ 145,19	1,2695	R\$ 184,32	R\$ 1.659,68	0,14	SUDECAP JUL/202155.11.01
12.01.02	ENGENHEIRO COORDENADOR	h	18,00	R\$ 120,34	1,2695	R\$ 152,77	R\$ 2.749,85	0,24	SUDECAP JUL/202155.11.03
12.01.04	AUXILIAR DE ENGENHARIA PARA OBRAS	h	36,00	R\$ 19,32	1,2695	R\$ 24,53	R\$ 883,08	0,06	SUDECAP JUL/202161.22.01
12.01.17	LABORATORISTA SENIOR	h	5,00	R\$ 25,60	1,2695	R\$ 32,60	R\$ 163,00	0,05	SUDECAP JUL/202157.32.01
12.01.18	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	h	10,00	R\$ 14,62	1,2695	R\$ 18,56	R\$ 185,60	0,04	SUDECAP JUL/202157.32.03
12.04	INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS		30,15				R\$ 14.637,94		
12.04.01	SONDAGEM A PERCUSSÃO D= 2 1/2 (SPT)		41,15				R\$ 10.571,83		
12.04.01.01	MOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO SONDAGEM PERCUSSÃO 2 1/2	un	9,15	R\$ 711,75	1,2695	R\$ 903,57	R\$ 8.267,57	0,01	SUDECAP JUL/202165.01.01
12.04.01.02	PERFURAÇÃO SONDAGEM PERCUSSÃO 2 1/2	m	30,00	R\$ 23,36	1,2695	R\$ 67,77	R\$ 2.033,10	0,05	SUDECAP JUL/202165.01.02
12.04.01.03	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS POR FURO	un	2,00	R\$ 106,76	1,2695	R\$ 135,53	R\$ 271,06	0,01	SUDECAP JUL/202165.01.03
12.04.05	RETIRADA DE AMOSTRA INDEFINIDA		9				R\$ 4.065,11		
12.04.05.01	EM BLOCOS DE 30x30x30 CM	un	9,00	R\$ 355,88	1,2695	R\$ 451,79	R\$ 4.065,11	0,04	SUDECAP JUL/202165.06.01
12.06	ENSAIOS DE SOLO E AGREGADOS		72				R\$ 6.226,11		
12.06.01	ENSAIOS DE SOLOS		72				R\$ 6.226,11		
12.06.01.01	TEOR DE UMIDADE NATURAL	un	9,00	R\$ 16,89	1,2695	R\$ 33,88	R\$ 304,92	0,00	SUDECAP JUL/202167.01.01
12.06.01.03	PESO ESPECÍFICO DOS GRAOS	un	9,00	R\$ 52,19	1,2695	R\$ 78,95	R\$ 710,55	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.03
12.06.01.05	GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO E SEDIMENTAÇÃO	un	9,00	R\$ 106,76	1,2695	R\$ 135,53	R\$ 1.219,77	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.05
12.06.01.06	LIMITE DE LIQUIDEZ	un	9,00	R\$ 53,36	1,2695	R\$ 67,77	R\$ 609,93	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.06
12.06.01.07	LIMITE DE PLASTICIDADE	un	9,00	R\$ 53,36	1,2695	R\$ 67,77	R\$ 609,93	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.07
12.06.01.08	LIMITE DE CONTRAÇÃO	un	9,00	R\$ 57,74	1,2695	R\$ 73,30	R\$ 659,70	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.08
12.06.01.09	COMPACTAÇÃO PROCTOR NORMAL	un	9,00	R\$ 78,10	1,2695	R\$ 99,06	R\$ 891,54	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.09
12.06.01.14	ENSAIO DE CBR OU ISC COM 5 CORPOS DE PROVA	un	9,00	R\$ 106,76	1,2695	R\$ 135,53	R\$ 1.219,77	0,01	SUDECAP JUL/202167.01.14
14	SERVIÇOS TÉCNICOS		0,1				R\$ 1.896,34		
14.01	TOPOGRAFIA		0,1				R\$ 1.896,34		
14.01.01	EQUIPE DE TOPOGRAFIA - PROJETO	mês	0,10	R\$ 14.997,71	1,2695	R\$ 19.963,42	R\$ 1.896,34	0,53	SUDECAP JUL/202143.01.01
Total							R\$29.411,20		

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães, Wagner Mol Guimarães, Wagner Mol Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadison Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.

**CIMVALPI**CONSORCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA**ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Os pagamentos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data do pagamento	Valor do pagamento
15/07/2022	R\$ 29.411,20
TOTAL	R\$ 29.411,20

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente Cronograma de Desembolso tem vigência da data da assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 07 de julho de 2022.

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães, Wagner Mól Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.

Para verificar as assinaturas vá ao site

<https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso - CEP: 35.450-185 - Ponte Nova/MG - (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br - Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães, Wagner Mól Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA
ESTADO DE MINAS GERAIS

RESERVA DE DOTAÇÃO No - 00095

O responsável p/ exec. orçament. do(a) PONTE NOVA,
para atender a Lei 8.666/93 e suas alterações, reserva nesta data a importância
abaixo discriminada.

Orçamento de: 2022

Data: 14/07/2022

Ficha: 89

Tipo de Licitação: Dispensa Art. 24

Licitação No:

Órgão	02	- EXECUTIVO MUNICIPAL
Unidade	02.02	- SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
SubUnidade.....	02.02.02	- CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG
Função	04	- Administracao
Sub-Função	122	- Administracao Geral
Assif. Orçamentária ...	0070.2445	- GESTAO DO CIMVALPI
Elemento da Despesa	4.4.71.70.00	- Rateio pela Particip. Consórcio Público
Fonte de Recursos	1.00.00	- Recursos Não Vinculados de Impostos

Pela presente fica reservada a importância de R\$ *****29.411,20
Vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos.*****

Hist.: contrato de rateio 188/2022 cimvalpi

Sendo o saldo da dotação orçamentária o abaixo demonstrado:

DO ANTERIOR : *****0,00 : VALOR RESERVADO : *****29.411,20

Data: 14/07/2022

Contador(a):

LUCIANA DE ASSIS TEIXEIRA LIZARDO
CONTADOR CRC-MG68.992/O

PREFEITURA MUNICIPAL PONTE NOVA

ESTADO DE MINAS GERAIS

ORDEM DE PAGAMENTO Nº 3.622-1

DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA

Exercício de: 2022

Data: 12/08/2022

Ficha: 000870

Classif. Extra-Orçament. : 1.1.3.04.00.00 - DEVEDORES DIVERSOS

Ficha : 000870 - TRANSFERENCIA CIMVALPI

Unidade : 02.02.02 - CONS INTERM MULTISSETORIAL V. DO PIRANG

Fonte de Recurso : 2.00.00 - Recursos Não Vinculados de Impostos

Fica o Serviço de Finanças autorizado a pagar a importância de
 R\$ *****29.411,20 ,Vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte
 centavos.*****
 ao Credor abaixo mencionado.

Credor...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE Número: 79609

Endereço.: RUA Jaime Pereira Bairro: Progresso CEP :35.430-186

Cidade...: Ponte Nova Est....: MG

Insc. Est: CGC...: 19.738.706/0001.83

Banco ...: 104 Agência ...: 146-5 Conta ...: 628-2

Hist.: CONTRATO 188/2022 PARA REPASSE REF.CONTRATACAO PELO CIMVALPI DE EMPRESA
 NA PRESTAÇÃO DE SERV.DE TAPA BURACOS,PAV.ASFALTICA, DRENAGEM, BLOQUETES E
 SERV.COMPLEMENTATRES NAS VIAS E OU ESTRADAS DO MUNICIPIO CONF.TERMO ANEXO

VALOR DA ORDEM DE PAGAMENTO: *****29.411,20

DESCONTOS: *****0,00

VALOR LÍQUIDO: *****29.411,20

Contador(a)/Contabilista: _____

Luciana de Assis Teixeira Lizardo
 MG68.992/O

Pague-se PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, 12 de agosto de 2022.

Ordenador da Despesa: _____

Fernando Antonio de Andrade
 .472.786-██

Q U I T A Ç Ã O

Recebi(emos) do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA, a importância de
 R\$ *****29.411,20 ,Vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte
 centavos.*****
 referente a Ordem de Pagamento acima mencionada, da qual é dada plena quitação.

____/____/____ Data	_____ Identidade/CPF/CGC	_____ Assinatura do Credor ou seu Procurador
BANCO: 814	CONTA: 24057-8	CHEQUE:
Data: 17/08/22	Tesoureiro: _____	

Usuário: luciana



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CONTRATO DE RATEIO

Nº. 188/2022

PREÂMBULO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE NOVA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal Wagner Mól Guimarães, CPF nº 715.603.006-04, denominado simplesmente MUNICÍPIO.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA – CIMVALPI, pessoa jurídica de direito público na forma de associação pública, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.738.706/0001-83, com endereço à Rua Jaime Pereira, 127, bairro Progresso, Ponte Nova, Minas Gerais, neste ato representado pelo diretor técnico do CONSÓRCIO, **Silvério Joaquim Aparecido da Luz** no exercício de delegação de atribuição determinada pelo Presidente do CONSÓRCIO, Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Sr. Prefeito Municipal de **VISCONDE DO RIO BRANCO, Luiz Fábio Antonucci Filho**, CPF nº [REDACTED].593.236 [REDACTED]5, denominado de agora em diante CONSÓRCIO.

Pelo presente instrumento, as partes acima qualificadas, ajustam entre si as cláusulas, condições e demais obrigações que irão regular repasse financeiro do MUNICÍPIO ao CONSÓRCIO, o qual será regido pelas disposições da Lei 11.107, da Lei 8.666/93 e pelas cláusulas a seguir transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a definição de obrigações, normas e critérios de participação do MUNICÍPIO junto ao CONSÓRCIO, na realização de transferência de recursos financeiros ao CONSÓRCIO, nos termos do art. 8º da Lei 11.107/2005, na gestão associada dos seguintes serviços públicos:

- a) Contratação de empresa de engenharia especializada para prestação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, serviços de tapa buracos, pavimentação em blocos de concreto intertravados, drenagens, contenções, serviços técnicos especializados para controle das obras e serviços complementares em vias e/ou estradas dos municípios consorciados ao CIMVALPI.

1.1.1 A metodologia da gestão e da estimativa de quantidade se encontra descrita no Anexo II, estando em consonância com as finalidades e objetivos descritos na cláusula sexta do contrato do CONSÓRCIO.

1.2. Observado o objeto descrito nesta cláusula, os recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO terão por finalidade a cobertura de despesas orçamentárias com custos fixos e variáveis de manutenção das atividades e dos objetivos do CONSÓRCIO.

1.2.1. Estão compreendidos nos custos fixos do CONSÓRCIO, todos os custos necessários à função de governo de sua administração, bem como os

subgrupos destinados ao planejamento e orçamento; administração geral e administração financeira; controle interno; normatização e fiscalização; tecnologia da informação; formação de recursos humanos; administração de receitas; comunicação;

1.2.2. Estão compreendidos nos custos variáveis do CONSÓRCIO todas as ações e serviços descritos do Anexo II.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME, FORMA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.1. Os recursos financeiros a serem transferidos ao CONSÓRCIO, respeitados o objeto e finalidades descritas na cláusula primeira, deverão ser classificados em códigos de fonte/destinação de recursos que reflitam as respectivas finalidades indicadas na cláusula terceira, consignando-se que a execução orçamentária da despesa deverá ocorrer nos respectivos códigos de fonte/destinação de recursos.

2.2. A oferta de ações e serviços pelo CONSÓRCIO, observado na metodologia descrita no Anexo II, será efetivada mediante execução direta, nas instalações do CONSÓRCIO, através de empregados públicos ou, ainda, a critério exclusivo do CONSÓRCIO, se dará de forma indireta, através da utilização de serviços públicos e privados nas respectivas áreas de atuação, inclusive através de convênio, termo de colaboração, termo de fomento e outros termos e ajustes previstos na legislação, em especial no art. 116 da Lei 8666/93 e Lei 13.019/2014.

2.3. Após a formalização do presente contrato de rateio, eventual alteração na metodologia descrita no Anexo II, somente poderá ocorrer mediante justificativa prévia do MUNICÍPIO e aprovação por órgão colegiado do CONSÓRCIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DA FORMA DO RATEIO, DO REPASSE E DO REAJUSTAMENTO

3.1. A transferência de recursos financeiros para atendimento do objeto descrito na cláusula primeira, para o exercício a que se refere este contrato, será no valor total estimado de R\$ 29.411,20 (vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos), devidamente descrito e caracterizado no Anexo III deste instrumento.

3.2. Na hipótese de descumprimento, por parte do MUNICÍPIO, na realização da transferência financeira, seja parcial ou total de qualquer das parcelas previstas no cronograma de desembolso, ultrapassados cinco dias corridos, serão suspensos todos os serviços em favor do MUNICÍPIO descrito na cláusula primeira que somente serão retomados após a regularização da transferência financeira, sem prejuízo às demais cominações previstas neste instrumento e na legislação regente.

3.3. Nos termos do art. 1º, inciso III c/c o art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, a transferência financeira prevista no item 3.1 é estabelecida em caráter fixo e irrevogável, ressalvada a hipótese descrita no item 2.3 deste contrato.



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETTORIAL DO VALE DO PIRANGA

3.4. Na hipótese de apuração de eventual saldo dos recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO, observado o disposto nesta cláusula, sendo objeto de repactuação ou reprogramação, devendo atender, em qualquer caso, ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

3.5. As receitas oriundas do imposto de renda retido na fonte - IRRF, e do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN e as receitas oriundas de aplicação financeira, serão contabilizadas como receita do CONSÓRCIO, não sujeitas a aplicação dos dispostos nos itens 5.4 e 5.5 e consolidação contábil a que se refere a IN STN 72/2012 e alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O contrato de rateio ora formalizado vigorará no exercício financeiro de 2022, no período certo e determinado compreendido entre a data de assinatura do contrato até 31 de dezembro do referido exercício financeiro.

4.2. O prazo de execução das ações e serviços será regulado pelo respectivo procedimento administrativo de contratação a ser realizado pelo CONSÓRCIO.

4.3. Em estrita observância à legislação orçamentária e financeira do MUNICÍPIO e do CONSÓRCIO, especialmente a vigência das respectivas dotações que suportam este contrato, é vedada a prorrogação do prazo de vigência constante do item 4.1.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas de execução do objeto deste contrato, a serem realizados pelo CIMVALPI, correrão à conta da seguinte dotação:

01.01.02.15.451.0001.1004.4.4.90.51.00

5.2. As despesas de repasse a serem realizadas pelo Município Contratante com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

04.122.0070.2445 - 3.3.71.70.00 – Fonte 2.00.00

5.3. Na hipótese de o MUNICÍPIO, na data de formalização do contrato de rateio, não ter promulgado a lei orçamentária do exercício a que se refere este contrato, serão consideradas as dotações consignadas na proposição de lei em tramitação no respectivo Poder Legislativo Municipal, a serem executados provisoriamente à razão de 1/12 avos, desde que tal medida tenha sido expressamente prevista na respectiva lei de diretrizes orçamentárias do MUNICÍPIO.

5.4. Na hipótese do MUNICÍPIO não cumprir a obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento, competirá ao CONSÓRCIO a adotar medidas administrativas necessárias para adequar a execução orçamentária e



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

financeira aos novos limites, bem como de qualquer outra circunstância que importe em alteração da equação financeira estabelecida no orçamento do CONSÓRCIO e nos contratos de rateio celebrados com os Municípios Consorciados.

5.5. Eventual saldo dos recursos financeiros do exercício anterior ou do exercício a que se refere este contrato de rateio que tenham sido transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO será objeto de repactuação (execução no próprio exercício) ou reprogramação (execução no exercício seguinte) e deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

5.5.1. Os recursos recebidos mediante contrato de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes, deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

5.6. A devolução de eventual saldo de recursos financeiros transferidos ao CONSÓRCIO pelo MUNICÍPIO estará vinculada à prévia análise do serviço de contabilidade do CONSÓRCIO que conclua no sentido de que a devolução não importará em risco de não execução das finalidades descritas na cláusula primeira deste contrato de rateio.

5.7. Nos termos do art. 15 do Decreto nº 6017/07, é expressamente vedada a aplicação dos recursos financeiros transferidos por meio deste contrato para atendimento de despesas genéricas.

5.8. Existindo hipótese de contingenciamento de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o MUNICÍPIO, mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que adotadas para a regularização, de modo a não afetar as obrigações previstas neste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

6.1. O CONSÓRCIO obriga-se a:

6.1.1. Realizar a execução das despesas orçamentárias mediante utilização dos recursos financeiros transferidos, em estrita observância ao objeto e finalidades descritas na cláusula primeira e no plano operativo constante do Anexo II deste contrato e em conformidade com as normas de direito financeiro e de contabilidade pública, vigentes e expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

6.1.2. Realizar a fiscalização da execução indireta dos serviços prestados por terceiros credenciados e/ou conveniados e/ou contratados;

6.1.3. Aplicar ao MUNICÍPIO as sanções previstas neste instrumento e na legislação aplicável;

6.1.4. Publicar o extrato deste contrato de rateio;

6.1.5. Cumprir o disposto no §4º do art. 8º da Lei 11.107/2005, mediante o fornecimento das informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio.

6.1.6. Cumprir integralmente as disposições da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional de nº 274/2016 e suas alterações posteriores;

6.1.7. Encaminhar ao MUNICÍPIO as informações necessárias à consolidação das contas públicas, previstas no item 6.1.5, até quinze dias após o encerramento do período de referência, devendo, o detalhamento referente à execução da despesa orçamentária ser discriminado por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elemento da despesa, função, sub função e fonte/destinação de recursos.

6.1.8. Promover a transparência na gestão fiscal, mediante divulgação, por meio eletrônico, de acesso público, os seguintes documentos:

- a) o orçamento do CONSÓRCIO;
- b) o contrato de rateio, através de extrato que conste a qualificação das partes, o objeto e valor;
- c) as demonstrações contábeis previstas nas normas gerais de direito financeiro e sua regulamentação;
- d) o Relatório de Gestão Fiscal
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;

6.1.9. Permitir acesso ao controle interno, coordenadores e auditores do MUNICÍPIO para supervisionar e acompanhar a execução dos serviços, bem como os gastos dos recursos transferidos através desse contrato, mediante prévio agendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1. O MUNICÍPIO obriga-se a:

7.1.1. Garantir o fiel cumprimento do plano operativo, ressalvadas as hipóteses de alteração do plano na forma do item 2.3;

7.1.2. Realizar as transferências financeiras em favor do CONSÓRCIO na forma, valor e data estipulados no cronograma de desembolso;

7.1.3. Exigir e fiscalizar o pleno cumprimento das normas e estipulações do presente contrato de rateio;

7.1.4. Esclarecer aos cidadãos do MUNICÍPIO sobre a forma de atendimento prestada pelo CONSÓRCIO, especialmente direitos, obrigações e demais informações necessárias pertinentes aos serviços ofertados;

7.1.5. Consignar em sua lei orçamentária ou de créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES E RESCISÃO

8.1. Aplicam-se ao presente contrato, as hipóteses de sanções previstas nos arts. 77 a 88 da lei 8666/93, sem prejuízo da sanção prevista no §5º do art. 8º da Lei 11.107/2005.

8.2. As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

**CIMVALPI**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA**CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. Durante a vigência deste termo de contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo servidor do CONSÓRCIO, Sr. Silvério Joaquim Aparecido da Luz, CPF nº [REDACTED].482.466 [REDACTED]. Denominação de emprego público: Diretor Técnico, designado como gestor, e pelo Sr. Wadson Ribeiro Corcini, CPF nº [REDACTED].605.656 [REDACTED]. Denominação de emprego público: Supervisor de Execução de Obras, designado como fiscal, bem como por servidores do Município de Ponte Nova, Sr. Luiz Henrique da Silva Borges, CPF nº [REDACTED].289.826 [REDACTED]. Denominação do emprego público: Secretário Municipal de Obras, designado gestor, e pelo Matheus Barbosa Broilo Campos, CPF nº [REDACTED].333.826 [REDACTED], CREA nº 254.212/D. Denominação do emprego público: Engenheiro Civil, designado fiscal, conforme determina o art. 67 da lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE RATEIO

10.1. Este termo poderá ser alterado por assentimento das partes mediante termo aditivo desde que haja interesse público, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO CONTRATO DO CONSÓRCIO

11.1. O presente contrato de rateio **vincula-se à integralidade do protocolo de intenções que deu origem ao CONSÓRCIO**, convertido automaticamente como CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente contrato de rateio será regido pelas seguintes normas:
12.1.1. Lei 8666/93, especialmente o art. 55 e ss. E art. 77 e ss.;
12.1.2. Lei nº 4320/64;
12.1.3. Lei 11.107/05 e Decreto 6.017/05;
12.1.4. Contrato do CONSÓRCIO, e respectivas deliberações da Assembleia Geral de Municípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Nova / MG, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução do credenciamento e do presente termo, que não sejam resolvidas no âmbito Administrativo.

**CIMVALPI**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

14.1. Casos excepcionais e omissos serão apreciados e decididos pela Assembleia Geral.

14.2. Aplicam-se ao presente Contrato a legislação descrita na cláusula décima segunda e, na hipótese de ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

14.3. Integram o presente contrato os seguintes anexos:

- a) Anexo I, contendo o plano operativo;
- b) Anexo II, contendo valores das transferências e metodologia de apuração/cálculo;
- c) Anexo III, contendo cronograma de desembolso;

Ponte Nova, 07 de julho de 2022.

CONTRATANTE Wagner Mól Guimarães Prefeito Municipal	CONTRATADO Silvério Joaquim Aparecido da Luz Diretor Técnico – CIMVALPI
Luiz Henrique da Silva Borges Gestor de Contrato – MUNICÍPIO	Silvério Joaquim Aparecido da Luz Gestor de Contrato – CIMVALPI
Matheus Barbosa Broilo Campos Fiscal de Contrato – MUNICÍPIO	Wadson Ribeiro Corcini Fiscal de Contrato – CIMVALPI

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães e Silvério Joaquim Aparecido da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.

20



CIMVALPI

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETORIAL DO VALE DO PIRANGA

ANEXO I – PLANO OPERATIVO

O **MUNICÍPIO DE PONTE NOVA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.804.149/0001-29, por este contrato celebrado junto a este CONSÓRCIO, torna expresso e público os procedimentos quanto à definição do plano operativo, a saber:

Foram contratados por este município, para o exercício de 2022, os serviços objeto deste contrato, com repasse pelo Município ao CIMVALPI do valor total de R\$ 29.411,20 (vinte e nove mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos), conforme informado no quadro do anexo III.

O planejamento dos recursos necessários para realização deste plano está apresentado nos ANEXOS II e III.

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães, Wagner Mol Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Brólio Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.

ANEXO II - VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS E METODOLOGIAS DE APURAÇÃO/CÁLCULO

Serviço: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA					Município: PONTE NOVA			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	CUSTO UNIT.	BDI	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	INCC FONTE/CODIGO
11	EQUIPAMENTOS		103,37				R\$ 1.816,39	
11.05	LOCAÇÃO VEÍCULO POPULAR MOTOR 1,0 C/AR E REQUILIBRO SEM C/RODAS/IVEL	mes	0,17	R\$ 1.996,97	1,2695	R\$ 2.498,99	R\$ 418,03	0,15 SUDECAP JUL/202140.01.01
11.10	ETANOL	litro	103,20	R\$ 4,52	1,2695	R\$ 5,74	R\$ 592,37	0,08 SUDECAP JUL/202145.02.02
12	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA PARA ADMINISTRAÇÃO LOCAL, CONTROLE DE QUALIDADE DAS OBRAS E PLANEJAMENTO FUTURO		200,15				R\$ 26.854,47	
12.01	CONSULTORIA PARA OBRAS E ELABORAÇÃO DE PROJETOS		76				R\$ 5.640,43	
12.01.01	ENGENHEIRO CONSULTOR ESPECIAL	h	9,03	R\$ 146,19	1,2695	R\$ 184,32	R\$ 1.658,88	0,14 SUDECAP JUL/202155.11.01
12.01.02	ENGENHEIRO COORDENADOR	h	18,00	R\$ 120,34	1,2695	R\$ 152,77	R\$ 2.749,86	0,24 SUDECAP JUL/202155.11.03
12.01.04	AUXILIAR DE ENGENHARIA PARA OBRAS	h	36,00	R\$ 13,32	1,2695	R\$ 24,63	R\$ 883,08	0,06 SUDECAP JUL/202161.22.01
12.01.17	LABORATORISTA SENIOR	h	6,00	R\$ 25,68	1,2695	R\$ 32,60	R\$ 193,00	0,03 SUDECAP JUL/202157.32.01
12.01.38	AUXILIAR DE LABORATORIO	h	10,00	R\$ 14,02	1,2695	R\$ 16,86	R\$ 168,60	0,04 SUDECAP JUL/202157.32.03
12.04	INVESTIGAÇÕES GEOTÉCNICAS		50,15				R\$ 14.637,94	
12.04.01	SONDAGEM A PERCUSSÃO D= 2 1/2 (SPT)		41,15				R\$ 10.571,83	
12.04.01.01	MOBILIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO SONDAGEM PERCUSSÃO 2 1/2	un	5,15	R\$ 111,75	1,2695	R\$ 903,57	R\$ 8.267,57	0,01 SUDECAP JUL/202165.01.01
12.04.01.02	PERFURAÇÃO SONDAGEM PERCUSSÃO 2 1/2	m	30,00	R\$ 63,38	1,2695	R\$ 67,77	R\$ 2.033,10	0,06 SUDECAP JUL/202165.01.02
12.04.01.03	DESMONTAGEM, TRANSPORTE E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS POR FURO	un	2,00	R\$ 106,76	1,2695	R\$ 135,53	R\$ 271,06	0,01 SUDECAP JUL/202165.01.03
12.04.05	RETIRADA DE AMOSTRA INDEFORMADA		9				R\$ 4.066,11	
12.04.05.01	EM BLOCOS DE 30x30x30 CM	un	9,00	R\$ 350,88	1,2695	R\$ 451,79	R\$ 4.066,11	0,04 SUDECAP JUL/202165.08.01
12.06	ENSAIOS DE SOLO E AGREGADO		72				R\$ 6.226,11	
12.06.01	ENSAIOS DE SOLOS		72				R\$ 6.226,11	
12.06.01.01	TEOR DE UMIDADE NATURAL	un	9,00	R\$ 73,69	1,2695	R\$ 93,85	R\$ 304,92	0,00 SUDECAP JUL/202167.01.01
12.06.01.03	PESO ESPECÍFICO DOS GRAOS	un	9,00	R\$ 62,19	1,2695	R\$ 78,95	R\$ 710,55	0,01 SUDECAP JUL/202167.01.03
12.06.01.05	GRANULOMETRIA POR PENEIRAMENTO E SEDIMENTAÇÃO	un	9,00	R\$ 106,76	1,2695	R\$ 135,53	R\$ 1.219,77	0,01 SUDECAP JUL/202167.01.05
12.06.01.06	LÍMITE DE LIQUIDEZ	un	9,00	R\$ 53,38	1,2695	R\$ 67,77	R\$ 609,93	0,01 SUDECAP JUL/202167.01.06
12.06.01.07	LÍMITE DE PLASTICIDADE	un	9,00	R\$ 53,38	1,2695	R\$ 67,77	R\$ 609,93	0,01 SUDECAP JUL/202167.01.07
12.06.01.08	LÍMITE DE CONTRAÇÃO	un	9,00	R\$ 57,74	1,2695	R\$ 73,30	R\$ 659,70	0,01 SUDECAP JUL/202167.01.08
12.06.01.09	COMPACTAÇÃO PROCTOR NORMAL	un	9,00	R\$ 78,03	1,2695	R\$ 99,06	R\$ 891,54	0,01 SUDECAP JUL/202167.01.09
12.06.01.14	ENSAIO DE CBR OU ISC COM 5 CORPOS DE PROVA	un	3,00	R\$ 106,76	1,2695	R\$ 135,53	R\$ 1.219,77	0,01 SUDECAP JUL/202167.01.14
14	SERVIÇOS TÉCNICOS		0,1				R\$ 1.896,34	
14.01	TOPOGRAFIA		0,1				R\$ 1.896,34	
14.01.01	EQUIPE DE TOPOGRAFIA - PROJETO	mes	0,10	R\$ 14.937,71	1,2695	R\$ 18.963,42	R\$ 1.896,34	0,53 SUDECAP JUL/202143.01.01
Total: R\$29.411,20								

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mol Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.

22

**CIMVALPI**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL
MULTISETTORIAL DO VALE DO PIRANGA**ANEXO III - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Os pagamentos descritos deverão ser creditados conforme transferência bancária em titularidade do CIMVALPI, observado a data limite, conforme cronograma abaixo:

Data do pagamento	Valor do pagamento
15/07/2022	R\$ 29.411,20
TOTAL	R\$ 29.411,20

O repasse será realizado, conforme data acima apresentada, ficando expressa a receita prévia para solicitação dos equipamentos, objeto deste contrato, mediante depósito bancário creditado em favor do CIMVALPI em conta nº 589-8, operação 006, agência 0146 (Agência Ponte Nova) mantida junto à Caixa Econômica Federal.

O presente Cronograma de Desembolso tem vigência da data da assinatura até 31/12/2022.

Ponte Nova, 07 de julho de 2022.

Wagner Mól Guimarães
Prefeito Municipal



Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães, Wagner Mól Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges.

Para verificar as assinaturas vá ao site

<https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.

Rua Jaime Pereira, nº 127, Progresso - CEP: 35.450-194 - Ponte Nova/MG - (31) 3881-3211
CNPJ: 19.738.706/0001-83 - E-mail: cimvalpi@cimvalpi.mg.gov.br - Site: www.cimvalpi.mg.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por Wagner Mól Guimarães, Wagner Mól Guimarães e Silverio Joaquim Aparecido Da Luz. Este documento foi assinado eletronicamente por Matheus Barbosa Broilo Campos, Wadson Ribeiro Corcini e Luiz Henrique da Silva Borges. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/443> e utilize o código EEEF-A733-CCF9-5544.



30
horas

**Banco Itaú - Comprovante de Pagamento
TED C – outra titularidade**

Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES

Dados da conta debitada:

Nome: **PM PONTE NOVA PGTO DIVERSOS**

Agência: **1481**

Conta corrente: **24057 - 8**

Dados da TED:

Nome do favorecido: **CIMVALPI CONSORCIO INTERMUNIC**

CPF/CNPJ: **19738706000183**

Número do banco, nome e ISPB: **104 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - ISPB 00360305**

Agência: **0146PONTE NOVA**

Conta corrente: **00000005898**

Valor da TED: **R\$ 29.411,20**

Finalidade: **CREDITO EM CONTA**

Informações fornecidas pelo pagador:

Controle: **984303480000148**

TED solicitada em 17/08/2022 às 16:28:22 via Sispag.

Autenticação:

13CAECBC2CF3C2BE44E6C2B857369AEA2B4DED39



UF: MINAS GERAIS
MUNICÍPIO: PONTE NOVA
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL

18 nov 2022 15:21
FOLHA: 1

RAZÃO DE EMPENHO

FICHA.: 00089

CREDOR: 79609 - CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

DATA	CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR
12/08/2022	006301	Empenho orçamentário	29.411,20

RESUMO

Empenhado.....:	29.411,20
Complementado.....:	0,00
Anulado.....:	0,00
Liquidado.....:	0,00
Descontos.....:	0,00
Anulação de Liquidação:	0,00
A Liquidar.....:	29.411,20
Cancelamentos.....:	0,00
Restabelecimento..:	0,00
Liquidado a Pagar:	0,00
Pagamentos.....:	0,00
Anulação de Pagamento:	0,00
Empenhado a Pagar:	29.411,20